JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112 Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112 Dados: 2026.11.25 06:05:35 -03'00'

Diário do Acionista

ANO X • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quarta-feira, 25 de novembro de 2026 • Nº 2431 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

OUTUBRO

Arrecadação atinge R$ 294 bi e bate recorde

A arrecadação das receitas federais somou R$ 293,975 bilhões em outubro deste ano, informou a Receita Federal. O valor representa aumento real de 7,28% em relação ao mesmo mês de 2025 e é o maior já registrado para meses de outubro desde o início da série histórica, em 1995. De janeiro a outubro, a arrecadação alcançou R$ 2,645 trilhões, com crescimento real de 7% na comparação com igual período do ano passado. Em valores corrigidos pela inflação, o resultado é o maior da série histórica para os dez primeiros meses do ano. As receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal totalizaram R$ 273,367 bilhões em outubro, com alta real de 5,8%. No acumulado do ano, essas receitas somaram R$ 2,524 trilhões, crescimento real de 6,77%. PÁGINA 3

Cardeal Tempesta

Nossa Senhora das Graças

PÁGINA 5

PLANO DE NEGÓCIOS

Petrobras prevê US$ 122 bi em investimentos até 2031

ROVENA ROSA/ABRASIL



O Conselho de Administração da Petrobras aprovou o plano de negócios da estatal para o período de 2027 a 2031, com investimentos totais previstos de US$ 122 bilhões. Desse montante, US$ 113 bilhões são destinados a projetos da Carteira em Implantação e US$ 9 bilhões, da Carteira em Avaliação, composta por oportunidades com menor grau de maturidade. "Esse é um plano construído com ambição e que será conduzido com responsabilidade. Isso significa disciplina de capital e rigor em cada decisão. Vamos investir em projetos que mantêm retorno positivo mesmo nos cenários mais desafiadores, todos sustentados por uma sólida governança de aprovação", destacou a presidente da Petrobras, Magda Chambriard (**foto**), ao falar sobre o Plano de Negócios 2027-2031 (PN 2027-31), aprovado na segunda-feira. PÁGINA 2

SANTOS DUMONT

Ministério descarta concessão de aeroporto

O ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, afirmou ontem, que o governo não tem planos - neste momento - de conceder o Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro (RJ), porque as receitas do terminal ainda são necessárias para sustentar a operação da Infraero em aeroportos regionais. "Não existe um projeto de concessão do Santos Dumont ainda, até porque a Infraero, hoje, para continuar atuando e gerindo esses aeroportos regionais, precisa da receita do Santos Dumont. Portanto, não há nenhuma orientação nesse momento em que pese todo esse processo de concessão", disse após participar do Airport National Meeting (ANM), em Brasília. Apesar de defender a manutenção da estatal, Franca disse que a Infraero precisa repensar sua atuação para os próximos anos, independentemente de uma eventual concessão do Santos Dumont. PÁGINA 5

MERCADOS DIGITAIS

MACHADO/CÂMARA DOS DEPUTADOS



Projeto de regula big techs vai ser votado na próxima semana

O Projeto de Lei 4675/2025, conhecido como PL dos Mercados Digitais, vai entrar na pauta de votação do plenário da Câmara dos Deputados na próxima semana, informou o relator da matéria, deputado Aliel Machado (PV-PR) (**foto**). Em pronunciamento ontem Machado afirmou que o calendário foi definido diretamente com o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), e conta com apoio de líderes partidários. "Esse é um projeto que não trata de regulamentação de conteúdo. É um projeto que pode trazer uma economia de até R$ 50 bilhões para os brasileiros, para os pequenos empresários, para os consumidores. É um projeto de lei que vem sendo debatido há mais de dois anos pelo governo federal e depois encaminhado a essa Casa", disse o parlamentar. PÁGINA 6

HOTEL URBANO

Ex-CEO da Hurb é preso após quase um ano foragido

PÁGINA 5

INDICADORES

IBOVESPA (0,31%) / 169.815,73 / 520,32 / Volume: 27.486.659.162 / Negócios: 4.070.086

Ativo

	Preço	%	Oscil.
MGLU3	7,95	+6,14	+0,46
BBAS3	14,62	–2,21	–0,33
COGN3	1,62	+2,53	+0,04
CSAN3	3,25	+5,18	+0,16
B3SA3	14,65	–1,08	–0,16

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
AZEV3	11,47	+31,09	+2,72
AZEV3F	11,37	+28,91	+2,55
VIVR3	3,10	+28,63	+0,69
VIVR3F	2,99	+19,60	+0,49
LJQQ3	1,14	+17,53	+0,17

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
OSXB3	1,31	–40,45	–0,89
SEQL3F	6,720	–19,71	–1,650
SEQL3	6,700	–18,89	–1,560
INEP3	1,12	–16,42	–0,22
PMAM3F	0,22	–15,38	–0,04

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	50.759,42	-1,64
S&P 500	7.340,53	-1,03
US Tech 100	26.614,4	+0,55
Euronext 100	1.875,97	-1,83
CAC 40	8.216,78	-1,62
FTSE 100	10.689,87	-1,76

Salário mínimo	R$ 1.621,00	**IGP-M**	1,47% (out.)	**EURO turismo**	
Ufir-RJ	R$ 4,9604	**IPCA-15**	0,32% (out.)	Compra 6,4430	Venda: 6,6230
Taxa Selic		**CDI**		**DÓLAR Ptax - BC**	
(05/11)	13,75%	(05/11)	13,65%	Compra: 5,7851	+0,92%
TR		**OURO**		**DÓLAR comercial**	
(18/11)	0,1617%	BM&F/grama/RJ	R$ 706,38	Compra: 5,7818	Venda: 5,7824
Poupança		**EURO Comercial**		**DÓLAR turismo**	
(18/11)	0,6625%	Compra: 6,3644	Venda: 6,3650	Compra: 5,8211	Venda: 6,0011

MERCADOS

Bovespa recua com preocupação sobre ações de commodities

CAROLINE ARAGAKI
E JULIANA MACHADO/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) passou a ceder na tarde desta terça-feira, principalmente mediante a perspectiva de desaceleração econômica global que prejudicou as ações de commodities, com destaque para Vale (-5,51%). Investidores também citam que a euforia com o noticiário fiscal pela manhã não se sustentou.

Após máxima aos 167. 579,78 pontos (+0,43%) pela manhã e mínima aos 164.023,39 pontos (-0,47%) à tarde, o Ibovespa (Índice Bovespa) fechou em baixa de 0,43%, aos 164.089,81 pontos, com giro financeiro de R$ 24,3 bilhões. Vale figurou entre as maiores baixas desde cedo e Petrobras, que chegou a testar alta, sucumbiu à queda de 1,51% (ON) e 1,82% (PN) de olho no Plano de Negócios com aumento de capex e após a presidente Magda Chambriard dizer que dividendos extraordinários são um potencial, mas não uma promessa.

DÓLAR

Sinais de que o governo está disposto a adotar novas medidas de ajuste fiscal reduziram os prêmios de risco e levaram o dólar a emendar o segundo pregão consecutivo de queda ontem, embora ainda tenha fechado acima de R$ 5,90. O real se descolou do movimento pesado de perdas das divisas latino-americanas e chegou a liderar, nos melhores momentos, os ganhos entre as moedas mais líquidas.

Em pregão marcado por grandes oscilações, o dólar abriu em alta e atingiu R$ 5,9550 na máxima, mas perdeu força ainda nas primeiras horas de negócios, O dólar até esboçou romper o piso de R$ 5,80, com mínima de R$ 5,8014, mas recobrou forças ao longo da tarde, com a moderação do otimismo sobre o ajuste fiscal. Após rondar os R$ 5,90, fechou a R$ 5,9107, queda de 0,26%, passando a acumular baixa de 0,41% nas duas primeiras sessões desta semana. A moeda americana avança 8,57% em novembro, após alta de 5,20% em outubro. No ano, os ganhos são de 7,68%.

PLANO DE NEGÓCIOS

Petrobras prevê US$ 122 bi em investimentos até 2031

O Conselho de Administração da Petrobras aprovou o plano de negócios da estatal para o período de 2027 a 2031, com investimentos totais previstos de US$ 122 bilhões. Desse montante, US$ 113 bilhões são destinados a projetos da Carteira em Implantação e US$ 9 bilhões, da Carteira em Avaliação, composta por oportunidades com menor grau de maturidade.

"Esse é um plano construído com ambição e que será conduzido com responsabilidade. Isso significa disciplina de capital e rigor em cada decisão. Vamos investir em projetos que mantêm retorno positivo mesmo nos cenários mais desafiadores, todos sustentados por uma sólida governança de aprovação", destacou a presidente da Petrobras, Magda Chambriard, ao falar sobre o Plano de Negócios 2027-2031 (PN 2027-31), aprovado na segunda-feira.

A companhia reafirmou a ambição de manter posição de destaque no fornecimento de energia ao Brasil até 2050, expandindo simultaneamente a oferta de combustíveis fósseis e renováveis. Para viabilizar essa estratégia, a carteira de investimentos da estatal combinará crescimento e diversificação com disciplina de capital, manutenção da trajetória de desalavancagem e geração de valor aos acionistas e à sociedade.

A produção de óleo e líquido de gás natural (LGN) prevista alcança o nível de 2,9 milhões de barris por dia (bpd) no horizonte do PN 2027-31, além da oferta crescente de gás natural. O incremento na média diária ao longo do quinquênio é de 200 mil a 300 mil bpd em relação ao plano anterior, "levando a Petrobras a um patamar de produção sem precedentes na história da companhia".

A produção comercial de óleo e gás deve chegar a 3,1 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boed) em 2027, passando para um patamar de 3,2 milhões de boed de 2028 a 2031.

A Petrobras estima destinar US$ 10 bilhões para atividades exploratórias no quinquênio, alinhadas aos desafios de reposição de reservas. Está incluída neste investimento a perfuração de cerca de 50 poços em áreas da Margem Equatorial, das margens Sul e Sudeste e demais bacias no Brasil e no exterior.

CORTE DE GASTOS

Lula sanciona projeto de lei complementar do ajuste fiscal

FLÁVIA SAID/AE

RICARDO STUCKERT/PR



A Lei Complementar nº 239, de 24 de novembro de 2026, derivada do PLP nº 299/2026 do ajuste fiscal, foi publicada no período da tarde desta terça-feira, em edição extra do Diário Oficial da União (DOU) nesta terça-feira após a Câmara concluir a votação na madrugada. Sancionada sem vetos pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a lei também é assinada pelos ministros do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, e da Fazenda, Dario Durigan.

A publicação vem no dia em que o governo deve publicar o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias relativo ao 5º bimestre e atualizar a contenção de recursos no Orçamento de 2026 - hoje em R$ 16,1 bilhões no total.

Um dos trechos da lei é a autorização de espaço fiscal adicional para 2026, de até R$ 10,5 bilhões, para pagar parcela da subvenção econômica a produtores e importadores de óleo diesel. Essa parcela ficará fora do cálculo da meta de resultado primário. A medida está relacionada à política de estabilização dos preços dos combustíveis.

Além da excepcionalização prevista para este ano, o texto aprimora a contenção de gastos - ao reduzir o limite de crescimento real das despesas de 2,5% para 2% -, dobra o corte linear de benefícios tributários, estabelece restrições às compensações tributárias, muda o cálculo do piso de gastos mínimos em saúde e limita os supersalários.As medidas deverão ajudar o governo a alcançar o centro da meta de resultado primário e a entregar o superávit de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2027 (o equivalente a R$ 73,2 bilhões). Segundo o texto, quando a projeção para o resultado primário de 2027 estiver entre o piso (R$ 36,6 bilhões) e o centro da meta (R$ 73,2 bilhões), o governo poderá fazer um contingenciamento adicional.

O texto também limita a chamada "compensação tributária cruzada", ou seja, quando uma empresa usa créditos de PIS/Cofins para abater, por exemplo, Imposto de Renda ou débitos previdenciários. Além disso, limita a R$ 3 bilhões por ano, entre 2027 e 2030, o valor que a União paga aos regimes próprios de previdência de Estados e municípios, a chamada compensação previdenciária. A Confederação Nacional de Municípios estima perda de cerca de R$ 5 bilhões por ano com essa medida.

Em relação aos repasses da União aos Estados pela desoneração das exportações estabelecida na Lei Kandir, o montante a ser transferido foi reduzido de R$ 4 bilhões para R$ 2 bilhões por ano, até 2031. O saldo remanescente foi adiantado e será recomposto de 2028 a 2030.

Por fim, o texto estabelece um prazo de 60 dias para que o Congresso vote o projeto de lei que definirá quais parcelas indenizatórias, os chamados "penduricalhos", poderão ficar fora do teto salarial do funcionalismo público - atualmente, R$ 46 366,19.

Depois de mudanças feitas pelo Senado no texto original, a estimativa de impacto caiu ligeiramente, passando para R$ 50 bilhões em 2027.

A equipe econômica defendeu que o texto ajuda a acelerar a consolidação fiscal em curso e a cumprir as metas de resultado primário, além de contribuir para conter a trajetória de crescimento da dívida pública.

Ao mesmo tempo, para conter as críticas à esquerda, o governo sustentou que o texto não concentra o ônus do ajuste nas políticas sociais.

COMÉRCIO EXTERNO

Ministro fica indignado por recuo da UE em reinclusão do Brasil

ISADORA DUARTE/AE

LULA MARQUES/ABRASIL



O ministro da Agricultura, André de Paula (**foto**), afirmou que recebeu com indignação a decisão da União Europeia (UE) de adiar a decisão sobre a reinclusão do Brasil no fornecimento de carne de aves e mel aos países europeus. "Nós ficamos muito frustrados com a reunião. Eu diria que, no meu caso, ficamos indignados com o resultado da última reunião porque nós recebemos uma auditoria que confirmou aquilo que já sabíamos. Do ponto de vista técnico, não havia nada que pudesse justificar o não realistamento do Brasil no que diz respeito a aves e a mel", disse o ministro a jornalistas nesta terça-feira.

O Comitê Permanente de Plantas, Animais, Alimentos e Rações (Scopaff), da União Europeia, adiou na última terça-feira a deliberação sobre o retorno do Brasil à lista de países autorizados a fornecer frango e mel ao bloco. Entretanto, segundo a Comissão Europeia, vários Estados-membros solicitaram esclarecimentos adicionais sobre o sistema implementado para o Brasil, adiando a decisão para o próximo encontro do colegiado, previsto para entre 7 e 8 de dezembro.

De Paula destacou o diálogo junto à UE envolve, além do Ministério da Agricultura, o Ministério das Relações Exteriores. "O Itamaraty tem se envolvido e o próprio presidente Lula porque não dá para aceitar esse tratamento. Eu vou aguardar essa resposta", acrescentou sobre a necessidade de resposta da UE. "Estamos, pelos diversos canais, manifestando a nossa preocupação e o nosso inconformismo com esse tratamento que o Brasil tem recebido", apontou.

As exportações de carnes e produtos de origem animal do Brasil aos países europeus estão suspensas desde 3 de setembro, após o País ter sido retirado do grupo de nações que cumprem o regulamento de antimicrobianos do bloco e podem exportar proteínas animais ao bloco. No fim de agosto, autoridades sanitárias europeias realizaram uma auditoria na cadeia avícola e de mel brasileiras a fim de auferir os controles quanto ao uso de antimicrobianos na produção. O relatório publicado pela Direção-Geral de Saúde e Segurança dos Alimentos da Comissão Europeia (DG Santé) considerou satisfatória a qualidade do sistema brasileiro no controle de uso de antimicrobianos na produção das cadeias de carne de aves e mel. O relatório ainda precisa ser avaliado pelo Scopaff e validado pela Comissão Europeia.

HABITAÇÃO

Itaú entra no MCMV e avança sobre mercado dominado pela Caixa

ANDRÉ MARINHO
E CIRCE BONATELLI/AE

O Itaú Unibanco confirmou ao Grupo Estado que começará a financiar imóveis pelo Minha Casa, Minha Vida (MCMV), em um movimento que marca a entrada em um mercado dominado pela Caixa Econômica Federal. O interesse do banco privado no programa já havia sido adiantado em agosto em reportagem da Coluna do Broadcast, que revelou ainda que Bradesco e Santander também estudam decisão semelhante.

Em nota, o Itaú informou que a oferta será destinada a clientes elegíveis à Faixa 3, com renda mensal entre R$ 5 mil e R$ 9,6 mil. O escopo incluirá também o grupo Pró-Cotista, linha de financiamento vinculada ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para trabalhadores com renda de até R$ 12 mil.

Segundo o banco, as oportunidades de contratação serão disponibilizadas de forma gradual e estará sujeita às regras do programa, além de análise de elegibilidade.

O anúncio consolida a estratégia do Itaú de ampliar a exposição ao crédito imobiliário, em um momento de juros restritivos. Por abarcar operações de prazos longos, que chegam a se estender por décadas, a modalidade funciona como uma ferramenta de fidelização de clientes e abre caminho para a oferta de outros produtos mais rentáveis, em uma dinâmica conhecida como cross selling.

Em setembro, a carteira imobiliário do Itaú atingiu R$ 158,8 bilhões, um crescimento de 15,8% em relação a igual período do ano passado. As contratações saltaram 25,8%, a R$ 14,3 bilhões, o que dá ao banco a maior participação de mercado entre os privados, de 54,1%.

Em teleconferência com analistas na ocasião, o presidente do Itaú, Milton Maluhy Filho, atribuiu o movimento ao elevado volume de depósitos à vista e de poupança no banco. "Acredito que temos a melhor estrutura de funding para continuar expandindo o crédito imobiliário em nosso balanço", disse.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ Associação Nacional de Jornais

ACESSE NOSSO SITE

OUTUBRO

Arrecadação federal atinge R$ 294 bilhões e bate recorde

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

A arrecadação das receitas federais somou R$ 293,975 bilhões em outubro deste ano, informou a Receita Federal. O valor representa aumento real de 7,28% em relação ao mesmo mês de 2025 e é o maior já registrado para meses de outubro desde o início da série histórica, em 1995.

De janeiro a outubro, a arrecadação alcançou R$ 2,645 trilhões, com crescimento real de 7% na comparação com igual período do ano passado. Em valores corrigidos pela inflação, o resultado é o maior da série histórica para os dez primeiros meses do ano.

As receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal totalizaram R$ 273,367 bilhões em outubro, com alta real de 5,8%. No acumulado do ano, essas receitas somaram R$ 2,524 trilhões, crescimento real de 6,77%.

RECEITAS

Segundo a Receita Federal, o desempenho da arrecadação foi influenciado pelo crescimento da atividade econômica, pelo aumento da massa salarial e por receitas extraordinárias, como pagamentos atípicos de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e a cobrança do imposto de exportação sobre petróleo.

Em outubro, eventos considerados atípicos renderam R$ 5,91 bilhões aos cofres federais. Desse total, R$ 3 bilhões vieram de pagamentos extraordinários de IRPJ e CSLL , enquanto R$ 2,91 bilhões tiveram origem na cobrança do imposto de exportação sobre petróleo bruto.

Entre os principais destaques do mês, a arrecadação de IRPJ e CSLL somou R$ 71,75 bilhões, com alta real de 8,23% em relação a outubro de 2025. As receitas previdenciárias cresceram 4,13%, para R$ 63,61 bilhões. Já a arrecadação sobre importações avançou 20,05%, alcançando R$ 13,68 bilhões.

No acumulado do ano, as receitas extraordinárias somaram R$ 29,8 bilhões. Desse total, R$ 15,8 bilhões vieram do imposto de exportação sobre petróleo e R$ 14 bilhões de recolhimentos atípicos de IRPJ e CSLL.

SETORES

Entre os setores econômicos com maior crescimento de arrecadação no acumulado do ano, a Receita destacou a extração de petróleo e gás natural, os serviços de informação, as atividades auxiliares do sistema financeiro, a fabricação de veículos e a exploração de jogos de azar e apostas.

No caso das apostas, a arrecadação do setor chegou a R$ 12,1 bilhões nos dez primeiros meses do ano, ante R$ 8,3 bilhões registrados no mesmo período de 2025.

OMC

EUA barram pedido do Brasil para abertura de painel contra tarifas

LETÍCIA ARAÚJO/AE

Os Estados Unidos se opuseram ao pedido do Brasil para a abertura de um painel na Organização Mundial do Comércio (OMC) para avaliar as tarifas adicionais impostas a produtos brasileiros pelo governo norte-americano. A solicitação foi feita pelo Brasil ontem.

O Brasil quer que a OMC avalie as duas tarifas adicionais americanas contra os produtos brasileiros - uma de 25%, por uma investigação comercial e outra de 12,5%, decorrente de uma investigação sobre alegações relacionadas a trabalho forçado. O governo brasileiro argumenta que as medidas violam compromissos assumidos pelos Estados Unidos na OMC.

Por sua vez, os EUA "lamentaram" a solicitação brasileira, afirmando que permanecem dispostos a dialogar com o Brasil para "promover maior equidade e reciprocidade em suas relações comerciais", de acordo com um comunicado publicado no site da OMC.

Ao justificar a oposição, os americanos afirmaram que as investigações abordam preocupações "antigas" sobre políticas brasileiras que prejudicariam os interesses dos EUA.

Ainda segundo a publicação, o Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) da OMC tomou nota das declarações e concordou em retomar a questão, caso haja uma nova solicitação. A próxima reunião do OSC acontecerá no dia 17 de dezembro.

No dia 27 de julho deste ano, o Brasil solicitou consultas com os EUA para discutir as tarifas e os dois países se reuniram no dia 25 de setembro, mas nenhuma resolução foi acordada.

PARCERIAS

BCs de países de língua portuguesa criam rede de cooperação

WELLTON MÁXIMO/A BRASIL

Os bancos centrais dos países de língua portuguesa formalizaram uma rede permanente de diálogo e cooperação para ampliar a troca de conhecimento e experiências entre as instituições.

A criação da Rede dos Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa (Rede BCPLP) foi oficializada em 4 de novembro, durante a primeira Reunião de Governadores, realizada em Luanda, capital de Angola. O Banco Central brasileiro só divulgou a notícia ontem.

No encontro, os representantes assinaram um memorando de entendimento que estabelece as bases para a atuação conjunta. A iniciativa busca fortalecer a cooperação em um cenário internacional marcado por desafios econômicos, financeiros e tecnológicos cada vez mais complexos.

A rede reúne os bancos centrais de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

COOPERAÇÃO

A estrutura institucional permitirá compartilhar informações sobre atividades desenvolvidas em cada país que sejam de interesse comum e possam resultar em parcerias ou iniciativas de cooperação técnica.

A primeira presidência da rede será exercida pelo Banco de Portugal. O programa apresentado em Luanda prevê ampliar o diálogo entre os integrantes e desenvolver ações técnicas em áreas consideradas prioritárias.

GRUPOS

Os representantes de bancos centrais aprovaram a criação de grupos de trabalho especializados nos seguintes temas:

- Pagamentos;
- Educação e inclusão financeira;
- Estatísticas externas;
- Resolução bancária;
- Cibersegurança;
- Inteligência artificial.

Também foram aprovados os mandatos dos grupos de trabalho e do Comitê de Política Econômica. A proposta é estabelecer fóruns técnicos para facilitar a troca de experiências e perspectivas entre profissionais dos bancos centrais participantes.

DESAFIOS COMUNS

Para Paulo Picchetti, diretor de Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos do Banco Central do Brasil, a criação da Rede BCPLP abre novas possibilidades de aproximação entre instituições que enfrentam desafios semelhantes.

"A Rede cria um espaço permanente para aproximar nossas instituições e transformar o diálogo entre os bancos centrais de língua portuguesa em cooperação concreta, com troca de experiências e conhecimento em temas cada vez mais relevantes para a atuação dos bancos centrais", afirmou o diretor em nota.

Durante a reunião, os participantes também discutiram a conjuntura econômica internacional e os principais desafios enfrentados pelas economias e pelos bancos centrais dos países representados.

Ao final do encontro, os representantes reafirmaram o compromisso com o desenvolvimento da Rede e agradeceram ao Banco Nacional de Angola pela organização da reunião.

A próxima Reunião de Governadores está prevista para abril de 2027, à margem das reuniões de Primavera do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Grupo Banco Mundial.

Nota

ITAÚ, INTER E BV DEMITEM CERCA DE 600 FUNCIONÁRIOS EM ONDA DE CORTES NO SETOR

O Itaú Unibanco e o Inter realizaram uma série de demissões ao longo dos últimos dias e ampliaram a lista de instituições financeiras que vêm enxugando o quadro de funcionários. Segundo organizações sindicais, a onda de desligamentos no setor atinge pelo menos cerca de 600 pessoas, em um movimento que inclui ainda o BV, banco controlado pelo Grupo Votorantim e o Banco do Brasil. No Itaú, foram demitidas 123 pessoas que atuavam no EMP+, área voltada ao atendimento de pequenas e médias empresas (PMEs), descontinuada em maio. O segmento foi substituído pela conta digital Itaú Emps, que têm forte integração com ferramentas de inteligência artificial (IA). Pelo menos 107 bancários ainda aguardam definição sobre realocação interna, de acordo com o Sindicato dos Bancários e Financiários de São Paulo, Osasco e Região.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA
MINISTÉRIO DA SAÚDE
GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 452/2026

O Pregoeiro Andre Luis Borges de Castro convida as empresas interessadas em participarem do **Pregão Eletrônico nº. 452/2026** no dia **07/12/2026 às 14h00min**. **Objeto: Aquisição de Material Permanente – Carrinho para uso Hospitalar** (Carro de Emergência Hospitalar e Carro de Aço para Guarda de Material em Beira de Leito) **Processo nº. 33409.010671/2026-92**. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA
MINISTÉRIO DA SAÚDE
GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 210/2027

A Pregoeira Jerusa Ferreira Dias convida as empresas interessadas em participarem do **Pregão Eletrônico nº. 210/2027** no dia **08/12/2026 às 11h00min**. - **Objeto**: **Aquisição de Materiais para o Laboratório de Patologia** (agulha para coleta de sangue a vacuo, aço inoxidável siliconizado; tubo coleta de sangue volume 1,8 a 2ml, com fluoreto de sódio; tubo plástico, a vácuo, 5 ml, com ativador de coágulo e gel separador etc.) **Processo nº. 33409.008672/2025-96**. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA
MINISTÉRIO DA SAÚDE
GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 268/2026

O Pregoeiro **PEDRO PAULO GONCALVES BAPTISTA ALVES NUNES** convida as empresas interessadas em participarem do **Pregão Eletrônico nº. 268/2026** no dia **07/12/2026 às 13h00min**. **Objeto: Aquisição de insumos para Reagentes para o Laboratório de Patologia Clínica** (REAGENTE PARA DIAGNOSTICO CLÍNICO, CONJUNTO COMPLETO, TESTE PARA DOSAGEM DE ATIVIDADE DE PROTROMBINA, MEIO DE CULTURA, LÍQUIDO, PARA AUTOMAÇÃO) **Processo nº. 33409.008549/2025-75**. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA JAMIL HADDAD
MINISTÉRIO DA SAÚDE
GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico 250057.123/2026

O Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia – INTO, torna público o EDITAL de Licitação do **Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (AGULHA ANESTÉSICA E OUTROS) REPETIÇÃO DE LICITAÇÃO (05 ITENS 01 GRUPO),** estando vinculado ao Processo SEI nº 25057.011226/2026-59. Abertura da sessão pública às **14h** do **dia 07/12/2026**, no endereço eletrônico **www.comprasgovernamentais.gov.br** assim como, recebimento de propostas a partir da data de publicação do Aviso de Licitação no Diário Oficial da União.

INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA JAMIL HADDAD
MINISTÉRIO DA SAÚDE
GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico 250057.54/2026

O Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia – INTO, torna público o EDITAL de Licitação do **Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (BOLSA DE COLOSTOMIA/ILEOSTOMIA E OUTROS), por repetição - (1 GRUPO e 9 ITENS),** estando vinculado ao Processo SEI nº 25057.011108/2026-41. Abertura da sessão pública às **10h** do **dia 01/12/2026**, no endereço eletrônico **www.comprasgovernamentais.gov.br** assim como, recebimento de propostas a partir da data de publicação do Aviso de Licitação no Diário Oficial da União.

GRÁFICA EDITORA JORNAL DO COMÉRCIO S.A.
CNPJ/MF nº 33.267.642/0001-00 - NIRE: 33.3.0009392-3
CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIAS GERAIS EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA

A Diretoria da Gráfica Editora Jornal do Comércio S.A., no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca os Senhores Acionistas para as Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária a realizarem-se, cumulativamente, no dia 04/12/2026, às 10h, na sede social da Companhia, à Rua Fonseca Teles, nº 114, bairro São Cristóvão, Rio de Janeiro/RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: I - Extraordinária: a) prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações contábeis relativas aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024; b) destinação dos resultados dos exercícios findos; c) reforma do Estatuto Social, para alteração do endereço da sede social; II - Ordinária: a) prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2025; b) destinação do resultado do exercício findo; c) eleição da Diretoria para o biênio 2026/2028 e fixação dos seus honorários; e, d) assuntos gerais. Rio de Janeiro - RJ, 23/11/2026. **Josemar Gimenez de Resende** - Diretor-Presidente.

EDIOURO EDITORA E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF nº 04.160.920/0001-28 - NIRE 33.3.0026701-8
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: O Conselho de Administração da companhia **EDIOURO EDITORA E PARTICIPAÇÕES S.A.** ("Companhia"), na forma do Artigo 122 da Lei n.º 6.404/76, convoca os seus acionistas a participarem da Assembleia Geral Extraordinária que acontecerá no dia 30/11/2026, às 10:30 horas, em formato híbrido, por videoconferência, por meio de link de acesso a ser enviado oportunamente aos acionistas, bem como na sede da Companhia, no endereço localizado na Avenida Rio Branco, n.º 115, 12º andar, conjuntos 1201, 1202, 1203, 1204 e 1205, Centro, na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, CEP 20.040-004, e terá a seguinte ordem do dia: *(i)* Examinar, discutir e deliberar sobre o Protocolo e Justificação ("Protocolo") de Incorporação da Editora Nova Fronteira Participações S.A. ("Incorporada") pela Companhia; *(ii)* Examinar, discutir e deliberar sobre o laudo de avaliação do patrimônio líquido da Incorporada, a valor contábil ("Laudo de Avaliação"); *(iii)* Deliberar sobre a efetiva incorporação da Incorporada pela Companhia, sem o aumento de capital e emissão de novas ações da Companhia ("Incorporação"); e *(iv)* Aprovar ajustes de natureza exclusivamente redacional ao Estatuto Social da Companhia, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 01/10/2026, e sua consolidação. Os documentos pertinentes a assuntos incluídos na ordem do dia encontram-se disponíveis para acesso pelos acionistas na sede da Companhia e mediante solicitação ao endereço eletrônico juridico@ediouro.com.br. Após a realização da Assembleia Geral Extraordinária e deliberação das matérias, os acionistas assinarão a ata digitalmente via plataforma ProJuris. Eventuais manifestações serão recebidas pela mesa, que tomará as providências cabíveis. Rio de Janeiro/RJ, 19/11/2026. **JORGE RODRIGUES CARNEIRO -** Presidente do Conselho de Administração.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE ARRAIAL DO CABO
SECRETARIA COMPRAS E LICITAÇÕES
PROCESSO Nº: ARC-040119/000303/2026
AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026	**Data de Abertura: 09/12/2026** **Horário: 10:00h** **Plataforma eletrônica: https://www.licitanet.com.br/comprador**
Unidades Contratantes:	**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**
Objeto	
Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços Funerários, conforme especificações e quantidades estabelecidas neste Termo de Referência e nos requisitos da contratação descritos nos Estudos Técnicos Preliminares realizados com a finalidade de atender a demanda identificada no âmbito do Fundo Municipal de Ação Social.	
Valor estimado	
R$ 179.016,96 (Cento e setenta e nove mil e dezesseis reais e noventa e seis centavos).	

Registro de Preços?	Visita Técnica?	Modo de disputa	Critério de Julgamento
Não	Não	Aberto	MENOR PREÇO GLOBAL
Itens Exclusivos para ME/EPP?	**Itens com Cota Reservada para ME/EPP?**	**Prova de Conceito?**	**Participação de Consórcio**
Não	Não	Não	Não

Intervalo mínimo de diferença entre lances
R$ 1,00 (um real)
Pregoeiro
Sr. Hélio Fernando Mozart Gimenez (portaria nº 3.067/2025)
Fundamento Legal
Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 4.483/25 e demais legislações pertinentes
Observações Gerais:
1) O Edital e outros anexos estão disponíveis para download no Portal http://licitanet.com.br/ e também no Portal da Transparência, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo/RJ: about:blank. 2) Os interessados ficam desde já notificados da necessidade de acessarem os sites http://www.arraial.rj.gov.br/ e http://licitanet.com.br/ http://www.gov.br/compras/pt-br,para ciência das eventuais alterações e esclarecimentos.

PRIMAVERA: Sol com nuvens e pancadas de chuva à tarde. Chuva à noite, com trovoada. Manhã Tarde Noite 31º 21º 95% 05:13 18:37

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 35.300.576.535

EDITAL DE ADIAMENTO E SEGUNDA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE INVESTIDORES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 43ª (QUADRAGÉSIMA TERCEIRA) EMISSÃO, EM SÉRIE ÚNICA, DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com registro de securitizadora S1 perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na cidade e no Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº1.234, conjuntos 41 a 44, bairro Jardim Paulistano, CEP 01.451-913, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ("CNPJ") sob nº 41.811.375/0001-19, e com seus atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.576.535 ("Emissora"), CONVOCA os investidores dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 43ª (quadragésima terceira) emissão, em série única, da Emissora ("Titulares dos CRI" e "CRI", respectivamente), nos termos da Cláusula 13.3 do "*Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Série Única da 43ª (Quadragésima Terceira) Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Canal Companhia de Securitização*", celebrado em 04 de maio de 2023 entre a Emissora e a Oliveira Trust Distribuidora de Titulos e Valores Mobiliários S.A., conforme aditado ("Termo de Securitização" e "Agente Fiduciário", respectivamente), da Resolução da CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada ("Resolução CVM 60"), e do § 2º do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, a se reunirem em 2ª (segunda) convocação, para a Assembleia Especial de Investidores, que **será realizada no dia 09 de dezembro de 2026, às 16:30 horas, em razão do adiamento da Assembleia Especial de Investidores originalmente convocada, em 2ª (segunda) convocação, para o dia 23 de novembro de 2026, às 16:30h, nos termos do edital publicado em 06 de novembro de 2026 no jornal "Diário do Acionista"**, de forma exclusivamente remota e eletrônica, inclusive para fins de voto, por meio da plataforma *Teams*, coordenada pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste edital, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia ("Assembleia" ou "AEI"): **(i)** aprovar a inclusão de previsão de que eventual substituição dos Recebíveis (conforme definido no Termo de Securitização) possa ser requerida pela RTDR PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Balneário Camboriú, no estado de Santa Catarina, na Avenida Brasil, nº 3.313, sala 9A-1, CEP 88.330-063, inscrita no CNPJ sob o nº 09.222.901/0001-00 ("Devedora"), a qualquer tempo, desde que os novos recebíveis observem os mesmos critérios de elegibilidade aprovados na Assembleia Especial de Investidores, realizada em 07 de agosto de 2026 ("AEI Anterior"), a saber: (i) poderão ser performados ou não performados; (ii) para fins de verificação de inadimplência, serão considerados exclusivamente os inadimplementos iguais ou superiores a 90 (noventa) dias; e (iii) deverão ser considerados para fins de composição da Razão Mínima de Garantia da Emissão, observado o percentual mínimo de 140% (cento e quarenta por cento), sem necessidade de que os referidos Recebíveis, isoladamente, representem referido percentual em relação ao saldo devedor da Emissão, observado que, caso a Razão Mínima de Garantia (conforme definido no Termo de Securitização) esteja sendo cumprida, não haverá necessidade de substituição e/ou inclusão de novos Recebíveis, mas tão somente a liberação dos atuais Recebíveis; **(ii)** aprovar a substituição dos seguintes Recebíveis: (a) MAR.2103; (b) MAR.2603; (c) MAR.2803; (d) MAR.3301; e (e) MAR.37013, pelos seguintes novos recebíveis: (a) LAT.1502; (b) LAT.4701; (c) LAT.1602; e (d) LAT.1001, com a consequente substituição do Anexo I ao Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis (conforme definido no Termo de Securitização), sendo certo que o referido anexo passará a vigorar nos termos do Anexo II à ata de assembleia; **(iii)** aprovar a possibilidade para que os CRI que não se enquadrem na definição de "CRI em Circulação" sejam cancelados, sem liquidação financeira mediante a retirada das respectivas quantidades do ambiente da **B3 – BOLSA, BRASIL, BALCÃO**, instituição devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil e pela CVM para prestação de serviços de custódia de ativos escriturais e liquidação financeira, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Praça Antônio Prado, nº 48, CEP 01010-901, inscrita no CNPJ sob o nº 09.346.601/0001-25 e a correspondente baixa nos registro dos Escriturador dos CRI (conforme definido no Termo de Securitização); **(iv)** aprovar a contratação, pela Emissora, do escritório **PAPI, MAXIMIANO, KAWASAKI E ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrito no CNPJ sob o nº 03.834.440/0001-32 ("PMK Advogados"), para atuar como assessor legal, nos termos da proposta constante do Anexo I da ata de assembleia, cujos custos serão suportados com os recursos do Patrimônio Separado, para celebração de eventuais aditamentos aos Documentos da Operação que se façam necessários, bem como autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário, em conjunto, a praticarem todos os atos necessários para a efetivação do item acima. Ficam mantidos os demais termos e condições do edital de segunda convocação publicado em 06 de novembro de 2026 no jornal "Diário do Acionista", inclusive a Ordem do Dia, alterando-se exclusivamente a data de realização da Assembleia, adiada do dia 23 de novembro de 2026, às 16:30h, para o dia 09 de dezembro de 2026, às 16:30 horas. As Instruções de Voto e os documentos de representação já enviados para a Assembleia originalmente convocada para o dia 23 de novembro de 2026 serão aproveitados na Assembleia ora adiada, desde que o conteúdo das deliberações e manifestações de voto não tenha sido alterado, ficando facultado ao Titular dos CRI o envio de nova Instrução de Voto. Instruções Gerais: A AEI será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AEI para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AEI – CRI embraed 43", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AEI. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Titulares de CRI, nas páginas da Emissora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Emissora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AEI. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo – SP, 19 de novembro de 2026.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO - Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna - Diretor de Securitização

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE CONSULTA FORMAL DOS TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS, EM CLASSE ÚNICA, EM SÉRIE ÚNICA, DA 130ª (CENTÉSIMA TRIGÉSIMA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários, em Classe Única, em Série Única, da 130ª (Centésima Trigésima) Emissão da **CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**, sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.234, 4º andar, conjuntos 41, 42, 43 e 44, Jardim Paulistano, CEP 01451-913, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o "*Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 130ª (Centésima Trigésima) Emissão, em Classe Única, em Série Única, de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Créditos Imobiliários Devidos pela A.Life Entertainment Group S.A.*", celebrado em 25 de fevereiro de 2025 entre a Emissora e a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0004-34, na qualidade de agente fiduciário ("Agente Fiduciário"), conforme aditado ("Termo de Securitização"), nos termos da Cláusula 15.13 do Termo de Securitização e da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a manifestarem seu voto, por meio de processo de consulta formal, escrita e eletrônica, sem necessidade de reunião ("Consulta Formal"), a ser realizada de modo exclusivamente digital, sem a possibilidade de participação presencial, sobre a Ordem do Dia abaixo. Para os devidos fins, esclarece-se que a presente convocação se refere exclusivamente a processo de **Consulta Formal, não sendo realizada Assembleia Especial de Titulares dos CRI, reunião ou videoconferência**. O Período de Manifestação dos Titulares dos CRI ("Período de Manifestação") terá início em 23 de novembro de 2026, às 10:00 horas (horário de Brasília) e término em 02 de dezembro de 2026, às 18:00 horas (horário de Brasília), observado o prazo mínimo de 10 (dez) dias previsto na Cláusula 15.13 do Termo de Securitização e no artigo 30, parágrafo 5º, da Resolução CVM 60. A Securitizadora informa que possui os sistemas e controles necessários para a realização da Consulta Formal, nos termos da Cláusula 15.11.1 do Termo de Securitização, sendo os votos recebidos exclusivamente por meio eletrônico, na forma abaixo. A presente Consulta Formal substitui, para todos os fins legais e regulamentares, a realização de Assembleia Especial de Titulares dos CRI em reunião, nos termos do artigo 30, parágrafo 5º, da Resolução CVM 60 e da Cláusula 15.13 do Termo de Securitização. As deliberações tomadas no âmbito da Consulta Formal, observados os quóruns, prazos e demais requisitos previstos no Termo de Securitização e na regulamentação aplicável, constituirão deliberações válidas e eficazes da Assembleia Especial de Titulares dos CRI, produzindo os mesmos efeitos jurídicos daquelas tomadas em assembleia realizada de modo presencial ou digital, e, nos termos da Cláusula 15.21 do Termo de Securitização, vincularão a Emissora e obrigarão todos os Titulares dos CRI, independentemente de terem se manifestado na Consulta Formal ou do voto proferido. A Consulta Formal tem por objeto deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **(i)** Aprovação da não declaração do vencimento antecipado das Notas Comerciais Escriturais e, consequentemente, dos CRI, conforme previsto na Cláusula 10.1.2, subitem (ii) do Termo de Securitização, bem como na Cláusula 7.37.2, subitem (ii), do "*Termo de Emissão da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, Com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da A.Life Entertainment Group S.A.*", celebrado em 25 de fevereiro de 2025, conforme posteriormente aditado ("Termo de Emissão"), em razão do descumprimento da obrigação não pecuniária consistente na outorga da procuração prevista no Anexo II do "*Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças*", celebrado em 14 de março de 2025, conforme posteriormente aditado ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações"), a ser outorgada em favor da Securitizadora, nos termos da Cláusula 6.11 do referido contrato; **(ii)** Caso aprovado o item (i) da Ordem do Dia, aprovação do prazo adicional de 120 dias contados do término do Período de Manifestação, para regularização da referida obrigação; **(iii)** Aprovação da não declaração do vencimento antecipado das Notas Comerciais Escriturais e, consequentemente, dos CRI, conforme previsto na Cláusula 10.1.2, subitem (ii), do Termo de Securitização, bem como na Cláusula 7.37.2, subitem (ii), do Termo de Emissão, em razão do descumprimento da obrigação não pecuniária do registro, na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA"), da ata da Reunião de Sócios da Irajá Controle Ltda., na qualidade de alienante, realizada em 14 de março de 2025, conforme previsto no Considerando (vii) do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, cujo prazo adicional para regularização foi aprovado na Assembleia Especial de Titulares dos CRI realizada em 02 de dezembro de 2025; e **(iv)** Caso aprovada a deliberação prevista no item (iii) da Ordem do Dia, aprovação de prazo adicional de 60 dias contados do término do Período de Manifestação, para regularização das referidas obrigações. Fica consignado que o Agente Fiduciário e a Emissora estão autorizados a praticar todo e qualquer ato, bem como a celebrar todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários à efetivação e implementação das matérias a serem aprovadas acima. Instruções Gerais: A manifestação de voto deverá ser realizada por meio da Instrução de Voto (Anexo I a este edital), disponível nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e do Agente Fiduciário (www.oliveiratrust.com.br), devidamente preenchida, datada e assinada eletronicamente (ou por outro meio igualmente eficaz de identificação do Titular dos CRI), a ser enviada, até o término do Período de Manifestação, para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Instrução de Voto – Consulta Formal – CRI Alife Nino (130)". Juntamente com a Instrução de Voto, deverão ser enviados os documentos de representação, observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: (a) quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; (b) quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; (c) quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e (d) quando representado por procurador: caso quaisquer dos Titulares dos CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhada a procuração com os poderes específicos de representação na Consulta Formal. Somente poderão votar os Titulares dos CRI inscritos nos registros dos CRI na data da convocação, nos termos da Cláusula 15.19 do Termo de Securitização, seus representantes legais ou procuradores constituídos há menos de 1 (um) ano, nos termos da Cláusula 15.6 do Termo de Securitização e do artigo 31 da Resolução CVM 60. Cada CRI em Circulação corresponderá a 1 (um) voto, nos termos da Cláusula 15.14 do Termo de Securitização. Não poderão votar as pessoas indicadas na Cláusula 15.18 do Termo de Securitização, observado o disposto na Cláusula 15.18.1 do Termo de Securitização. Cabe a cada Titular dos CRI verificar e declarar, na Instrução de Voto, a existência de eventual conflito de interesses ou impedimento de voto em relação às matérias da Ordem do Dia, ficando impedido de votar enquanto perdurar tal situação. Caso o Titular dos CRI envie mais de uma Instrução de Voto, prevalecerá a última recebida dentro do Período de Manifestação. Instruções recebidas após o término do Período de Manifestação, sem assinatura ou desacompanhadas dos documentos de representação não serão computadas, e a ausência de manifestação não será considerada voto favorável. Caso o Titular dos CRI assinale mais de uma opção ou deixe de assinalar opção para determinada matéria da Ordem do Dia, sua manifestação será considerada abstenção em relação à respectiva matéria. Na hipótese de prorrogação ou reabertura do Período de Manifestação, ou de realização de nova Consulta Formal sobre as mesmas matérias da Ordem do Dia, as Instruções de Voto validamente recebidas permanecerão válidas e eficazes e serão consideradas na apuração, independentemente de nova manifestação, salvo se expressamente revogadas ou substituídas pelo respectivo Titular dos CRI, desde que não haja alteração do conteúdo das matérias da Ordem do Dia. Caso a totalidade dos Titulares dos CRI em Circulação apresente sua manifestação antes do término do Período de Manifestação, a Consulta Formal poderá ser encerrada antecipadamente pela Securitizadora, procedendo-se à apuração dos votos. As deliberações serão aprovadas por Titulares dos CRI que representem o quórum previsto nas Cláusulas 15.19 e 15.20 do Termo de Securitização, conforme aplicável a cada matéria da Ordem do Dia, não sendo computados os votos em branco para efeito de quórum de deliberação, nos termos da Cláusula 15.14 do Termo de Securitização. Encerrado o Período de Manifestação, a Securitizadora, com o acompanhamento do Agente Fiduciário, apurará os votos em até 2 (dois) Dias Úteis e divulgará o resultado aos Titulares dos CRI, por meio da página da Securitizadora na rede mundial de computadores, sendo a respectiva ata de apuração encaminhada à CVM por meio do Sistema IPE. Para todos os fins, inclusive para a formalização da respectiva ata, a data de término do Período de Manifestação será considerada a data de realização da Assembleia Especial de Titulares dos CRI. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRI, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br), do Agente Fiduciário ([www.oliveiratrust.com.br]) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como a Instrução de Voto, as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Consulta Formal. Eventuais esclarecimentos adicionais sobre a presente Consulta Formal poderão ser solicitados à Securitizadora, pelo e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, e ao Agente Fiduciário, pelo e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 23 de novembro de 2026.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO - Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna - Diretor de Securitização

Diário do Acionista
Tels.: (11) 2655-1899 / (21) 99122-4278

SENADOR ELEITEO

MPE pede desaprovação das contas de André do Prado

GIOVANNA MASSARO/AE

O Ministério Público Eleitoral (MPE), por meio da Procuradoria Regional Eleitoral de São Paulo (PRE-SP), se manifestou pela desaprovação das contas da campanha do senador eleito André do Prado (PL-SP). Segundo o parecer assinado pelo Procurador Regional Eleitoral, Paulo Taubemblatt, o relatório financeiro de doação, que totaliza R$ 3,5 milhões, foi apresentado após o prazo legal. O valor representa cerca de 49,5% das receitas totais da campanha.

André do Prado é presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo e foi eleito para o Senado Federal nas eleições de 2026. Em nota, ele afirmou que o atraso se trata de uma falha operacional que decorreu "do recebimento simultâneo de duas transferências pela campanha".

O procurador Paulo Taubemblat seguiu o parecer apresentado pela Coordenadoria de Contas Eleitorais e Partidárias, área técnica do TRE-SP, na segunda-feira. O documento aponta que o valor foi recebido no dia 24 de agosto e comunicado em 29 do mesmo mês, ultrapassando o tempo estabelecido pela legislação, de 72h.

Segundo o relatório, o senador eleito alega que a inconsistência não ocorreu de uma omissão proposital, mas por um equívoco na conferência de movimentações financeiras.

O relatório da área técnica do TRE afirma, porém, que apesar da resposta oferecida por Prado, "permanece intempestivo o envio à Justiça Eleitoral do relatório financeiro (...), já que o prazo legal foi ultrapassado em dois dias".

Em manifestação registrada no site de consulta do Tribunal Regional Eleitoral nesta terça-feira, a defesa do senador eleito afirma que o caso se trata de um "único relatório financeiro, referente a uma única transferência financeira realizada pelo próprio partido, comunicada com dois dias de atraso". O advogado também afirma que a informação foi disponibilizada logo no início da campanha.

Nota

ÁRVORE CAI EM ESCOLA EM SP E DEIXA SETE FERIDOS, INCLUINDO CRIANÇAS

Ao menos duas crianças ficaram feridas após uma árvore cair no pátio de uma escola em Itaquera, na zona leste de São Paulo, na tarde de ontem. Segundo o Corpo de Bombeiros, as duas crianças foram socorridas, outras quatro pessoas sofreram ferimentos leves e uma sofreu uma fratura. Cinco viaturas da corporação foram empenhadas no atendimento na Escola Estadual Professora Maria da Conceição Oliveira Costa, localizada na rua Lagoa Tai Grande, 475. O Centro de Gerenciamento de Emergências Climáticas (CGE) colocou toda a cidade em estado de atenção para alagamentos ontem.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 39ª (TRIGÉSIMA NONA) EMISSÃO, DA 1ª E 2ª SÉRIES, DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio, da 1ª e 2ª Séries, da 39ª Emissão da **CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**, sociedade com sede Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, Bairro Jardim Paulistano, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o *Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª e 2ª Séries da 39ª (Trigésima Nona) Emissão da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio Devidos por Marcos Augusto Pereira Vale.* ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 18 de dezembro de 2026, às 16 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial de Investidores será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital *Microsoft Teams*, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRA, conforme previsto neste digital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: i. Aprovar a não declaração de um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, nos termos da Cláusula 7.2, item (i), da CPR-F, em razão do descumprimento da obrigação de entrega anual do laudo de avaliação atualizado dos Imóveis, prevista na Cláusula 2.3.3 do *"Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Imóveis em Garantia e Outras Avenças"*, celebrado em 10 de março de 2023 ("Contrato"), bem como a concessão do prazo de 30 (trinta) dias, contados da celebração desta Assembleia, para envio do referido laudo pela Emitente, cujo custo será suportado pela Securitizadora, com recursos do Fundo de Despesas, nos termos da Cláusula 15.1, item (xix), do Termo de Securitização. Fica consignado que a Emissora e o Agente Fiduciário estão autorizados a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail servicos.estruturados@terrainvestimentos.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial-CRA (Mapeva) (39)", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRA, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). Considera-se a data de publicação a mesma da publicação do jornal.

São Paulo, 24 novembro de 2026. **Alejandro Merino -** Diretor de Securitização

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE CONSULTA FORMAL DOS TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª, 2ª E 3ª SÉRIES DA 59ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª, 2ª e 3ª Séries da 59ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 1ª, 2ª e 3ª Séries da 59ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Notas Comerciais Escriturais emitidas pela IME – Instituto Metropolitano de Ensino Ltda", conforme aditado ("Termo de Securitização"), nos termos da Cláusula 19.22 do Termo de Securitização e da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a manifestarem seu voto, por meio de processo de consulta formal, escrita e eletrônica, sem necessidade de reunião ("Consulta Formal"), a ser realizada de modo exclusivamente digital, sem a possibilidade de participação presencial, sobre a Ordem do Dia abaixo. Para os devidos fins, esclarece-se que a presente convocação se refere exclusivamente a processo de **Consulta Formal, não sendo realizada Assembleia Especial de Titulares dos CRI, reunião ou videoconferência**. O Período de Manifestação dos Titulares dos CRI ("Período de Manifestação") terá início em 20 de novembro de 2026, às 10:00 horas (horário de Brasília) e término em 30 de novembro de 2026, às 18:00 horas (horário de Brasília), observado o prazo mínimo de 10 (dez) dias previsto no artigo 30, parágrafo 5º, da Resolução CVM 60. A Securitizadora informa que possui os sistemas e controles necessários para a realização da Consulta Formal, nos termos da Cláusula 19.22 do Termo de Securitização, sendo os votos recebidos exclusivamente por meio eletrônico, na forma abaixo. A Consulta Formal tem por objeto deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a não decretação de um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme previsto na Cláusula 8.1.2, subitem (ix) das Notas Comerciais, em decorrência do descumprimento da obrigação não pecuniária relativa ao envio do "habite-se" dos Imóveis Alienação Fiduciária, nos termos do referido dispositivo; (ii) Caso aprovado o item (i) da Ordem do Dia acima, aprovar prazo adicional de até 120 (cento e vinte) dias, a contar da data da aprovação da referida matéria na Consulta Formal, para que a referida obrigação seja regularizada pela Devedora; (iii) Aprovar, em caráter extraordinário, a liberação dos recursos excedentes apurados na verificação de novembro de 2026 (após o atendimento integral da ordem de prioridade de pagamentos prevista na Cláusula 15.22 do Termo de Securitização), ainda que se verifique o descumprimento da obrigação prevista na Cláusula 4.12 do Contrato de Cessão Fiduciária na referida data de verificação, dispensando-se excepcionalmente a retenção de tais recursos. Fica consignado que o Agente Fiduciário e a Emissora estão autorizados a praticarem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias aprovadas acima. Instruções Gerais: A manifestação de voto deverá ser realizada por meio da Instrução de Voto (Anexo I a este edital), disponível nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e do Agente Fiduciário (www.oliveiratrust.com.br), devidamente preenchida, datada e assinada eletronicamente (ou por outro meio igualmente eficaz de identificação do Titular dos CRI), a ser enviada, até o término do Período de Manifestação, para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Instrução de Voto – Consulta Formal – CRI Fametro 59". Juntamente com a Instrução de Voto, deverão ser enviados os documentos de representação, observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso quaisquer dos Titulares dos CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Consulta Formal. Somente poderão votar os Titulares dos CRI detentores dos CRI na data da convocação, seus representantes legais ou procuradores constituídos há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 31 da Resolução CVM 60. Cada CRI em circulação corresponderá a 1 (um) voto. A Devedora e/ou suas partes relacionadas não poderão participar do processo de deliberação e apuração dos votos. Caso o Titular dos CRI envie mais de uma Instrução de Voto, prevalecerá a última recebida dentro do Período de Manifestação. Instruções recebidas após o término do Período de Manifestação, sem assinatura ou desacompanhadas dos documentos de representação não serão computadas, e a ausência de manifestação não será considerada voto favorável. As deliberações serão aprovadas por Titulares dos CRI que representem o quórum previsto no Termo de Securitização para as matérias da Ordem do Dia. Encerrado o Período de Manifestação, a Securitizadora, com o acompanhamento do Agente Fiduciário, apurará os votos e divulgará o resultado aos Titulares dos CRI, por meio da página da Securitizadora na rede mundial de computadores, sendo a respectiva ata de apuração encaminhada à CVM por meio do Sistema IPE. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRI, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br), do Agente Fiduciário (www.oliveiratrust.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como a Instrução de Voto, as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções referentes ao sistema e formato da Consulta Formal. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 19 de novembro de 2026.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna - Diretor de Securitização

DESCASO

Crianças ficam ilhadas após escola alagar pela 2ª vez em 4 dias em SP

RARIANE COSTA/AE

Crianças ficaram ilhadas dentro da Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) Professor Cézar Rogério Oliveira Peramezza, na região de Artur Alvim, após o prédio ficar completamente inundado pela segunda vez em menos de quatro dias

Na segunda-feira, a água invadiu local durante as aulas. Os alunos foram mantidos no segundo andar, em salas que não haviam sido atingidas, e retirados com auxílio dos Bombeiros. Não houve registro de feridos.

A Secretaria Municipal de Educação informou que equipes de manut

Manhã Tarde Noite 37º 23º 95% 05:03 18:10

PRIMAVERA: Sol com nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde e à noite.

INFRAERO

Ministério descarta concessão do Aeroporto Santos Dumont

JOÃO CAIRES/AE

O ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, afirmou ontem, que o governo não tem planos - neste momento - de conceder o Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro (RJ), porque as receitas do terminal ainda são necessárias para sustentar a operação da Infraero em aeroportos regionais.

"Não existe um projeto de concessão do Santos Dumont ainda, até porque a Infraero, hoje, para continuar atuando e gerindo esses aeroportos regionais, precisa da receita do Santos Dumont. Portanto, não há nenhuma orientação nesse momento em que pese todo esse processo de concessão", disse após participar do Airport National Meeting (ANM), em Brasília.

Apesar de defender a manutenção da estatal, Franca disse que a Infraero precisa repensar sua atuação para os próximos anos, independentemente de uma eventual concessão do Santos Dumont. Entre as possibilidades, mencionou uma atuação mais voltada à gestão de aeroportos regionais, à estruturação de projetos, à prestação de serviços a Estados e municípios e à capacitação de profissionais do setor.

"Tem muita coisa que a Infraero pode fazer, além de manter e gerir os aeroportos regionais e o aeroporto Santos Dumont", afirmou. Segundo o ministro, a empresa reúne profissionais com experiência em gestão aeroportuária que poderiam contribuir para a qualificação do setor.

Franca também defendeu a preservação da Infraero pela capacidade de assumir a operação de aeroportos em situações emergenciais. Como exemplo, citou a atuação da estatal no apoio à operação de terminais no Rio Grande do Sul durante as enchentes.

O ministro afirmou ainda que a estatal tem condições de gerir, investir e modernizar os aeroportos sob sua responsabilidade e de operar de forma eficiente. Reiterou que não há, no momento, projeto para conceder o Santos Dumont.

FLAMENGO

Engenheiros são condenados em 2ª instância por incêndio no Ninho

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

A Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) condenou, por unanimidade, ontem, dois engenheiros da empresa NHJ pelo incêndio no Ninho do Urubu, Centro de Treinamento do Flamengo, em Vargem Grande, zona sudoeste do Rio, que matou dez adolescentes em 2019.

A decisão acolheu parcialmente o recurso do Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) contra a sentença de primeira instância que absolveu os sete acusados. Danilo da Silva Duarte, engenheiro de produção, e Weslley Gimenes, engenheiro civil, foram condenados a oito anos de detenção, cada um, em regime inicial semiaberto.

A relatora do processo, desembargadora Suimei Meira Cavalieri, reconheceu falhas nas atribuições técnicas dos engenheiros, "destacando o uso de materiais inflamáveis, a precariedade das instalações elétricas e a ausência de rotas adequadas de evacuação nos alojamentos". A magistrada considerou que a gravidade das circunstâncias do crime e o sofrimento das vítimas justificam uma punição mais rigorosa.

O colegiado manteve a absolvição de outros cinco réus. O MPRJ vai analisar a íntegra do acórdão para avaliar se há questões jurídicas relativas aos demais acusados que possam ser discutidas no Superior Tribunal de Justiça (STJ) ou no Supremo Tribunal Federal (STF).

Na segunda instância, o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) defendeu a condenação dos sete réus. A procuradora de Justiça Carla Tereza de Freitas Baptista Cruz sustentou que o Tribunal deveria considerar as falhas de segurança nos alojamentos.

Ainda segundo a procuradora, "o centro de treinamento funcionava sem alvará desde 2012 e, mesmo após ser interditado pela prefeitura em 2017, continuou abrigando adolescentes em alojamentos sem certificação do Corpo de Bombeiros".

Para o MPRJ, e-mails internos de 2018 indicavam que os responsáveis pelo clube conheciam as irregularidades e poderiam ter transferido os jovens para instalações adequadas.

INCÊNDIO

O incêndio teve início em um aparelho de ar-condicionado do alojamento, em 8 de fevereiro de 2019. Dez adolescentes das categorias de base do Flamengo morreram e outros três ficaram gravemente feridos.

Em 2015, o MPRJ já havia pedido à Justiça a interdição dos alojamentos por problemas estruturais. Em janeiro de 2021, o Grupo de Atuação Especializada do Desporto e Defesa do Torcedor do MPRJ denunciou 11 pessoas por incêndio culposo qualificado pelos resultados morte e lesão grave.

O grupo também atuou na elaboração do recurso contra a sentença da 36ª Vara Criminal da Capital, que, em outubro de 2025, absolveu os sete réus que ainda respondiam ao processo.

Antes do julgamento do recurso, as procuradoras de Justiça Carla Tereza de Freitas Baptista Cruz e Patrícia Leite Carvão, coordenadora do Núcleo de Apoio às Vítimas (NAV/MPRJ), estiveram no Memorial às Vítimas do MPRJ, acompanhadas de Darlei Pisetta, pai de Bernardo Pisetta, de 14 anos, uma das vítimas do incêndio no Ninho do Urubu.

Darlei partiu do Rio Grande do Sul para acompanhar o julgamento, ao qual também compareceram Cristiano Esmério de Oliveira e Andréia Pinto Candido, pais de Christian Esmério, outra vítima da tragédia.

CHACINA

Justiça marca audiência sobre morte de médicos em quiosque na Barra

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

A Justiça do Rio marcou para 14 de dezembro, às 13h, a continuação da audiência de instrução e julgamento do processo que apura o assassinato de três médicos em um quiosque na praia da Barra da Tijuca, em outubro de 2023.

A sessão será no 2º Tribunal do Júri da Capital. Dos cinco réus, quatro seguem foragidos, entre eles Edgar Alves de Andrade, o "Doca", apontado como um dos chefes da facção criminosa Comando Vermelho.

O único preso é Francisco Glauber Costa de Oliveira, o "GL", detido em Bangu 3 e apontado pela investigação como "batedor" da quadrilha, responsável por monitorar a presença policial durante a execução. Ele será ouvido por videoconferência em razão da alta periculosidade. Na mesma decisão, a Justiça negou pedidos da defesa para revogar ou relaxar as prisões preventivas dos acusados Giovanni Oliveira Vieira e Francisco Glauber.

O ataque aconteceu quando os médicos, que participavam de congresso de ortopedia em hotel na orla da Barra, estavam em um quiosque na praia, à noite.

Marcos de Andrade Corsato, Perseu Ribeiro Almeida e Diego Ralf de Souza Bomfim foram mortos, após criminosos confundirem Perseu com o miliciano Taillon de Alcântara Pereira Barbosa. Daniel Sonnewend Proença sobreviveu ao ataque.

No dia seguinte ao crime, quatro suspeitos da execução foram encontrados mortos na zona sudoeste da cidade, a mando do tráfico, por terem confundido os médicos com milicianos.

DECISÃO

Em decisão da última sexta-feira, o juiz Renan de Freitas Ongaratto avaliou as circunstâncias do crime que indicam a necessidade da manutenção da medida extrema como forma de garantir a ordem pública e apuração dos fatos. O texto destacou que a fundamentação é válida quando a manifestação processual referenciada contém fundamentação suficiente e acessível às partes.

"Registro que as razões que ensejaram a decretação da prisão preventiva permanecem hígidas em sua integralidade, uma vez que não ocorreu qualquer alteração na situação fática que possa justificar a revogação da decisão de decretação da custódia cautelar, estando ainda presentes os pressupostos que a autorizaram."

O magistrado escreveu, na decisão, que "não havendo, portanto, fato superveniente ou novos elementos suficientemente capazes de infirmar a decisão anterior ou alterar o quadro fático da imputação inicial acima destacada, bem como já detidamente pontuada a presença dos pressupostos de aplicação e manutenção da prisão preventiva, impõe-se a manutenção da decisão anterior, a cujos demais fundamentos faço referência para evitar repetições desnecessárias".

RELEMBRE O CASO

Em 5 de outubro de 2023, os médicos Marcos de Andrade Corsato, de 62 anos, Perseu Ribeiro Almeida, de 33, Diego Ralf de Souza Bomfim, de 35, e Daniel Sonnewend Proença, de 32, que participavam de um congresso de ortopedia no Rio, estavam num quiosque em frente ao hotel onde acontecia o evento quando foram atacados pelos criminosos.

A quadrilha confundiu Perseu com o chefe da milícia de Rio das Pedras, Taillon de Alcântara Pereira Barbosa. Marcos e Perseu morreram no local – Diego chegou a ser socorrido, mas não resistiu aos ferimentos.

Daniel foi o único sobrevivente. No dia seguinte ao crime, corpos de quatro suspeitos de terem realizado o ataque foram encontrados em dois carros em pontos diferentes da cidade. Eles teriam sido executados por ordem da cúpula do Comando Vermelho.

Nota

ANVISA DETERMINA APREENSÃO DE ÁGUA MINERAL POR FALHAS NA FABRICAÇÃO

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) determinou a apreensão de todos os lotes da água mineral natural da marca Pura - Fonte Estrela da Manhã. A resolução foi publicada ontem no Diário Oficial da União. Em nota, a Anvisa informou que a medida proíbe a venda, distribuição, propaganda e uso do produto, fabricado pela empresa Raio de Sol Mineração Ltda, nas seguintes apresentações: 500 mililitros; 1,5 litro; 5 litros e galão de 20 litros. "Inspeção sanitária conjunta da Anvisa e da Suvisa-GO (Superintendência de Vigilância em Saúde de Goiás) constatou condições higiênico-sanitárias insatisfatórias nas etapas de fabricação, envase e comercialização dos produtos", destacou a agência. Ainda de acordo com o comunicado, foi comprovado descumprimento das boas práticas de industrialização, falha que compromete a qualidade e a segurança do produto e impede a comprovação da conformidade sanitária dos lotes.

Cardeal Tempesta



Orani João Tempesta, O.Cist
Arcebispo do Rio de Janeiro

Nossa Senhora das Graças

Sinais de Esperança e Ternura no Cotidiano
Sob o olhar materno da Virgem,
acolhemos os brotos do Reino de Deus que renovam a nossa vida e a nossa fé.

Ao chegarmos aos últimos dias deste Ano Litúrgico, a Igreja nos oferece um verdadeiro bálsamo para o coração: a celebração de Nossa Senhora das Graças. Em todo o nosso querido Brasil, milhões de fiéis voltam o olhar com profunda ternura para a Virgem Maria, aquela que, em 1830, apareceu à jovem noviça Santa Catarina Labouré, em Paris, revelando-se como a Mãe que estende as mãos repletas de luz sobre a humanidade. Essa devoção, tão querida e enraizada em nossos lares, não é apenas uma recordação piedosa do passado, mas uma fonte viva de confiança para os desafios que enfrentamos hoje.

Naquela aparição, Maria mostrou-se com os braços abertos e, de seus dedos adornados por anéis preciosos, irradiavam feixes luminosos em direção à terra. Contudo, Catarina notou que algumas pedras não emitiam brilho. A própria Virgem explicou o significado: os raios luminosos são as graças que ela derrama sobre todos os que as pedem com fé; já as pedras apagadas simbolizam as graças que Deus deseja conceder, mas que deixam de ser enviadas simplesmente porque nos esquecemos de pedir. E, no verso da medalha, a letra "M" entrelaçada à Cruz e aos dois Corações de Jesus e de Maria recordanos que o amor materno da Virgem está sempre unido ao mistério redentor de Cristo. Que ensinamento maravilhoso para o nosso dia a dia! Muitas vezes, diante das preocupações com a saúde, com o sustento da família ou com a harmonia dentro de casa, tentamos resolver tudo apenas com as nossas próprias forças, esquecendo-nos de abrir o coração na oração filial e confiante.

A liturgia da Palavra desta sexta-feira ilumina ainda mais o sentido dessa festa mariana. Na primeira leitura, retirada do Livro do Apocalipse – Ap 20,1-4.11-21,2 –, São João contempla a vitória definitiva de Deus sobre o mal: a antiga serpente é acorrentada e vencida, e surge diante dos olhos do vidente um novo céu e uma nova terra, com a nova Jerusalém descendo do céu, bela como uma esposa enfeitada para o seu marido. Como não associar essa visão profética à imagem de Nossa Senhora das Graças? Na Medalha Milagrosa, Maria aparece esmagando com os pés a cabeça da serpente. Ela é a primícia dessa nova criação, a Mulher vestida de sol que nos recorda que o mal, a dor e o desânimo nunca têm a última palavra na história. O amor de Deus é sempre mais forte e vence toda treva.

No Salmo Responsorial Sl 83 (84), 3.4.5-6a e 8a –, proclamamos com alegria: "Eis a tenda de Deus, no meio do povo!". O salmista canta a beleza da casa do Senhor, onde até mesmo o pardal encontra abrigo e a andorinha prepara o seu ninho para cuidar de seus filhotes. Maria Santíssima é, por excelência, a tenda viva de Deus entre nós, a Arca da Nova Aliança que trouxe ao mundo o Salvador. Assim como as pequenas aves buscam refúgio seguro nos altares do Altíssimo, cada um de nós pode encontrar no Coração Imaculado de Maria um porto seguro em meio às tempestades da existência. Quando a rotina pesa e as incertezas parecem grandes demais, sabemos que temos uma Mãe que nos acolhe, compreende as nossas lágrimas silenciosas e intercede por nós junto ao seu Filho.

No Evangelho de São Lucas – Lc 21,29-33 –, Jesus nos convida a observar a natureza com sabedoria: "Olhai a figueira e todas as árvores. Quando vedes que elas estão dando brotos, logo sabeis que o verão está perto". O Mestre nos ensina a ler os sinais do tempo com esperança. Mesmo após os períodos mais áridos, a vida volta a pulsar nos pequenos brotos que anunciam a chegada de uma nova estação. Assim também acontece com o Reino de Deus em nossa vida. Nossa Senhora das Graças é esse sinal luminoso da primavera divina que desponta em meio ao nosso cotidiano. E Jesus conclui com uma promessa inabalável: "O céu e a terra passarão, mas as minhas palavras não hão de passar". Tudo neste mundo é passageiro — as dificuldades passam, as crises são superadas, as etapas da vida se transformam —, mas a Palavra de Deus e o Seu amor fiel permanecem eternamente.

Pensemos em como essa mensagem dialoga diretamente com a realidade do povo brasileiro. Quantos irmãos e irmãs saem de casa logo cedo, enfrentando longos trajetos para o trabalho, levando no peito, sob a camisa ou o uniforme, a pequena Medalha! Ela não é um amuleto mágico, mas um sinal visível de consagração e pertencimento a Cristo por meio de Maria. Ao tocá-la nos momentos de cansaço no trânsito, nas decisões difíceis do ambiente profissional, na sala de espera de um hospital ou no cuidado paciente com os filhos e os idosos, o cristão recorda que não caminha sozinho. A graça de Deus o acompanha, sustentando sua honestidade, sua paciência e sua capacidade de recomeçar.

Além disso, ser devoto de Nossa Senhora das Graças nos impulsiona a sermos, nós mesmos, canais da graça de Deus para os outros. Quem experimenta a ternura da Mãe do Céu não pode fechar os olhos às necessidades de quem está ao lado. Em nossas comunidades, nos condomínios, nas escolas e nos locais de trabalho, somos chamados a semear a concórdia, o diálogo e a solidariedade. Um gesto de escuta atenta, uma palavra de encorajamento a quem está desanimado, a partilha fraterna com os mais necessitados: tudo isso são brotos do Reino de Deus que fazem florescer a esperança ao nosso redor.

Neste dia abençoado, deixemos ressoar em nossos lábios e em nossa alma a breve e poderosa jaculatória gravada na Medalha: "Ó Maria concebida sem pecado, rogai por nós que recorremos a vós". Que ela seja a nossa respiração espiritual ao longo de todo o dia. Entreguemos nas mãos estendidas da Virgem das Graças os nossos projetos, as nossas famílias, os enfermos, os jovens que buscam um sentido para a vida e a paz para todo o nosso país.

Que a Mãe de Jesus e nossa Mãe, a cheia de Graças, toda repleta das Graças Divinas, nos ensine a perseverar no bem, a confiar na Providência Divina e a caminhar sempre com alegria, na certeza de que o Senhor já prepara para nós um novo céu e uma nova terra.

MC RYAN

Polícia Federal prende 25 por fraude com bets e golpes digitais

FELIPE DE PAULA/AE

A Polícia Federal deflagrou ontem, três operações simultâneas para desarticular um esquema criminoso envolvendo golpes digitais, fraudes em apostas online e falsas ofertas de emprego no exterior. Segundo a corporação, os suspeitos investigados nas operações Narco Azimut III, Narco Oriente e Narco Alicerce movimentaram ao menos R$ 4,3 bilhões por meio de criptoativos. Até o momento, policiais federais prenderam 25 suspeitos.

Em uma das frentes da investigação, o juiz federal Roberto Lemos dos Santos Filho, da 5.ª Vara Federal de Santos, determinou uma busca patrimonial em todo o território nacional para identificar imóveis registrados em nome de MC Ryan e das empresas Bololo Music e Entretenimentos Ltda. e Ryan SP - Holding Patrimonial Ltda. Os bens localizados serão alvo de sequestro judicial até o limite de R$ 1,63 bilhão.

Ao Estadão, a defesa de MC Ryan informou que "não tem conhecimento sobre a existência de novas ordens de bloqueio patrimonial no âmbito desta nova ação da Polícia Federal".

MC Ryan SP, um dos funkeiros mais famosos do País, foi preso em abril na Operação Narco Fluxo, investigação que apura um suposto esquema bilionário de lavagem de dinheiro do crime organizado, incluindo o Primeiro Comando da Capital (PCC), por meio de bets e rifas ilegais.

Segundo a PF, Ryan atuava "como líder e beneficiário econômico da engrenagem, utilizando empresas ligadas à produção musical e ao entretenimento para mesclar receitas legítimas com recursos provenientes de apostas ilegais e rifas digitais".

Em maio, a desembargadora Sylvia Marlene de Castro Figueiredo, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, mandou soltar MC Ryan

Nesta manhã, cerca de 130 policiais federais cumprem 72 mandados de busca e apreensão e de prisão temporária no âmbito da Operação Narco Azimut III. As diligências ocorrem nos municípios de São Paulo, Guarulhos, Itatiba, Avaré, Mongaguá e Jundiaí, em São Paulo, além de Foz do Iguaçu.

Já as operações Narco Oriente e Narco Alicerce abrangem endereços em São Paulo, Sorocaba, São Bernardo do Campo, Piedade e Charqueada (SP), Recife, Cidade Ocidental (GO), Porto Alegre e Brasília.

As medidas judiciais incluem o bloqueio de bens e valores de até R$ 1,1 bilhão na Operação Narco Azimut III e de R$ 3,2 bilhões na Narco Oriente, além de restrições à movimentação de empresas e à transferência de patrimônio.

No âmbito da Operação Narco Alicerce, foram determinados bloqueios de bens, direitos e valores, com destaque para imóveis de alto padrão vinculados a investigados da Operação Narco Fluxo

Até o momento, foram cumpridos mandados de prisão temporária e apreendidos veículos, dinheiro em espécie, documentos e equipamentos eletrônicos.

MERCADOS DIGITAIS

Projeto de regula big techs vai ser votado na próxima semana

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

O Projeto de Lei 4675/2025, conhecido como PL dos Mercados Digitais, vai entrar na pauta de votação do plenário da Câmara dos Deputados na próxima semana, informou o relator da matéria, deputado Aliel Machado (PV-PR).

Em pronunciamento na tarde desta terça-feira, Machado afirmou que o calendário foi definido diretamente com o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), e conta com apoio de líderes partidários.

"Esse é um projeto que não trata de regulamentação de conteúdo. É um projeto que pode trazer uma economia de até R$ 50 bilhões para os brasileiros, para os pequenos empresários, para os consumidores. É um projeto de lei que vem sendo debatido há mais de dois anos pelo governo federal e depois encaminhado a essa Casa", disse o parlamentar.

Apresentada pelo governo federal no ano passado, a proposta pretende atualizar a legislação brasileira de defesa da concorrência para enfrentar a concentração de poder econômico de grandes plataformas digitais.

Para isso, prevê a criação de uma Superintendência de Mercados Digitais no âmbito do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), que poderá abrir processos de designação de agentes econômicos de relevância sistêmica em mercados digitais e determinar eventuais obrigações especiais a esses agentes.

O Cade é uma autarquia federal, com autonomia administrativa e decisória, vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, responsável por prevenir e combater práticas que prejudiquem a livre concorrência e a ordem econômica no Brasil.

O projeto estabelece critérios para identificar companhias que poderão obedecer a obrigações adicionais em relação a outras empresas do mesmo setor para preservar a concorrência. Entre os requisitos estão:

- Faturamento anual superior a R$ 50 bilhões no mundo ou R$ 5 bilhões no Brasil;
- Atuação em mais de um mercado de múltiplos lados ou controle de acesso a ecossistemas digitais;
- Avaliação individualizada e fundamentada pelo Cade;

O enquadramento financeiro não significa designação automática nem aplicação imediata de obrigações. As medidas dependerão de processos específicos, com participação das empresas e análise dos riscos concorrenciais.

A nova regulação poderá incidir, por exemplo, sobre a concentração de mercados digitais em segmentos como o de sistemas operacionais e ecossistemas de aplicativos, estabelecendo eventuais obrigações a gigantes deste mercado, como Microsoft, Apple e Google. Também poderá alcançar setores de comércio eletrônico e marketplaces, dominado por empresas como Amazon e Mercado Livre.

Plataformas de intermediação de serviços, como Ifood, Uber e Airbnb, serviços de computação em nuvem, mecanismos de busca, publicidade digital e redes sociais são outras atividades digitais que poderão ser objeto de ação do Cade em processos para monitorar atividades anticoncorrenciais, caso o projeto seja aprovado.

Entre as possíveis medidas, o Cade poderia determinar a essas empresas obrigações de transparência, portabilidade de dados e interoperabilidade. Elas também poderiam ficar proibidas de favorecer produtos próprios, vincular serviços ou usar o desenho das plataformas para manipular a escolha dos usuários.

"Nosso projeto, que é técnico, não trata de punição antecipada, ele não vincula a designação com a obrigação, ele coloca em modelos separados. Inclusive, depois de observarmos a experiência na Europa, nós aprimoramos para que aqui fosse melhor. E ele não entrega poder ao governo, como muitos estão dizendo. Ele entrega poder ao Cade, que tem seus conselheiros com mandato. Mandato de pessoas que têm responsabilidade em defender a soberania do nosso país. Nada contra as empresas, queremos mais empresas, menos monopólio", afirmou Aliel Machado sobre o relatório.

A proposta não cria uma regulamentação geral sobre conteúdos publicados na internet nem estabelece regras de moderação das redes sociais. O foco é monitorar e impedir a influência econômica da plataforma sobre outros agentes. Se passar na Câmara, onde precisa de maioria simples, o PL seguirá ainda para o Senado.

DIVERGÊNCIAS

Dezenas de organizações da sociedade civil vêm defendendo a aprovação da proposta. Em recente manifestação pública, a Sala de Articulação contra a Desinformação (SAD) e diversas organizações signatárias, como a Coalização Direitos na Rede (CDR), Aláfia Lab, Sleeping Giants Brasil, DiraCom – Direito à Comunicação e Democracia, Data Privacy Brasil, Intervozes, Artigo 19, entre outras, pediram urgência na votação da proposta para alinhar o país nas iniciativas regulatórios mais atuais sobre mercados digitais.

"Nos últimos anos, a sociedade civil organizada tem acompanhado com preocupação o crescimento da concentração de poder econômico nas mãos de um número limitado de grandes plataformas digitais. Esse processo produz efeitos sobre diferentes dimensões dos mercados digitais. De um lado, consumidores e consumidoras ficam cada vez mais dependentes de ecossistemas fechados, com possibilidades limitadas de escolha e acesso a uma oferta diversificada de produtos e serviços. Do outro, pequenos e médios negócios ou agentes econômicos enfrentam barreiras de acesso e expansão de suas atividades nesses mercados digitais, que acaba marcado por assimetrias competitivas e pela concentração, portanto, de oportunidades", argumentam as entidades na nota.

A carta destaca a necessidade de atuação de autoridades e instituições públicas "para a construção de um mercado verdadeiramente competitivo, com oportunidades reais de transformação positiva".

Do lado das plataformas, há forte resistência em relação ao projeto. Em julho deste ano, o Conselho Digital publicou uma carta aberta criticando o substitutivo do PL 4.675/2025.

A entidade reúne empresas como Google, Meta, Amazon, TikTok e OpenAI. De acordo com a manifestação pública, o texto do projeto permitiria a imposição discricionária de obrigações estruturais sem demonstração de dano concreto ou de conduta anticompetitiva e também ampliaria "excessivamente o poder do governo sobre produtos e serviços digitais".

Para essas grandes empresas, o PL ainda traria o risco de intervenções em algoritmos, ranqueamento, interoperabilidade e contratos por decisões administrativas. Elas argumentam que o Brasil já dispõe de instrumentos legais para combater abusos, como a Lei de Defesa da Concorrência, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e o Código de Defesa do Consumidor.

As críticas também foram endossadas mais recentemente em uma carta assinada por mais de 70 juristas.

CASO MASTER

Comissão da Câmara aprova convocação de ministro da Justiça

LEVY TELES/AE

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou ontem, a convocação do ministro da Justiça, Wellington César, para prestar esclarecimentos. A convocação obriga o chefe a comparecer ao colegiado.

Parlamentares da oposição justificaram o pedido após o ministro anunciar à comissão que recusou convite para participar de audiência para falar sobre o afastamento da função de dois delegados federais responsáveis pela investigação do caso Master

O grupo quer que o ministro compareça para explicar esse episódio. A convocação, diferentemente de convite, obriga a presença de ministros na comissão, sob pena de crime de responsabilidade, o que abriria possibilidade até para impeachment.

O ministro disse à Comissão de Segurança Pública da Câmara que participaria de evento realizado pela Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Bahia nesta terça-feira, data que estava marcada a audiência na Câmara.

Durante a sessão, o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), sugeriu um acordo para estabelecer uma nova data para a oitiva, sem a necessidade de aprovar a convocação.

Foram necessárias duas votações até aprovar a convocação. O requerimento precisou ser inserido como inclusão extrapauta - para autorizar essa inclusão de última hora, é necessário o apoio de 20 deputados. A primeira votação terminou com 19 votos sim, faltando um voto.

Em outubro, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, determinou à Polícia Federal que produzisse relatórios descritivos sobre ministros do STF com base no material extraído do celular do dono do Master, Daniel Vorcaro.

O diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, disse que o relatório produzido "não atendia aos parâmetros dados pela Suprema Corte" e pediu que o documento fosse refeito. Ele justificou a necessidade de analisar o material previamente porque, no ofício, Fachin solicitou que o próprio diretor-geral produzisse o relatório.

O Estadão mostrou que Andrei afirmou ao ministro da Justiça que houve "quebra na fundamental relação de confiança mútua" com os dois delegados. "A hora que não há mais confiança a pessoa vai ser retirada do cargo de confiança", reiterou Rodrigues aos senadores.

César esteve na Comissão de Constituição e Justiça do Senado na semana passada, ao lado de Rodrigues, para prestar esclarecimentos sobre o afastamento dos delegados.

Diário do Acionista
Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

STF

Moraes nega diminuir pena da ex-deputada Carla Zambelli

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), rejeitou ontem pedido para diminuir a pena da ex-deputada federal Carla Zambelli no caso da invasão ao sistema eletrônico do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ocorrida em 2023, para emitir um mandado de prisão falso contra o ministro.

Moraes negou pedido protocolado pela defesa de Zambelli para subtrair dez meses de prisão cumpridos na Itália e 298 dias de prisão no Brasil. No STF, ela foi condenada a dez anos de prisão, mas fugiu do país antes do término do julgamento.

Na decisão, o ministro afirmou que o benefício da detração de pena só tem validade após o início do cumprimento da condenação no Brasil.

LULA MARQUES/ABRASIL



"A sentenciada, contudo, encontra-se foragida, de modo que eventuais benefícios na execução da pena somente serão analisados com o início do cumprimento da pena", afirmou Moraes.

EXTRADIÇÃO

Em maio deste ano, Zambelli foi libertada na Itália após a Corte de Cassação negar o pedido do governo brasileiro para extraditá-la.

Os magistrados italianos apontaram a parcialidade do ministro Alexandre de Moraes para julgar o caso. De acordo com a sentença, Moraes agiu como "juiz e vítima" ao atuar como relator da ação penal que condenou Zambelli.

A ex-deputada também foi condenada a cinco anos e três meses de prisão no caso da perseguição ao jornalista Luan Araújo às vésperas do segundo turno das eleições de 2022. A perseguição começou após Zambelli e Luan trocarem provocações durante um ato político no bairro dos Jardins, em São Paulo.

Nesse caso, o julgamento do segundo pedido de extradição foi adiado para fevereiro de 2027.

Nota

FRAUDES NO INSS: MENDONÇA MANDA SOLTAR EX-NÚMERO 2 DA PREVIDÊNCIA

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), revogou na noite de segunda-feira a prisão preventiva de Adroaldo Portal, ex-secretário executivo do Ministério da Previdência Social. Ele foi preso em dezembro, no âmbito da Operação Sem Desconto, que apura fraudes em aposentadorias e pensões do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Em razão de uma deficiência física, Portal estava preso em regime domiciliar. Agora, poderá sair de casa, mas terá que usar uma tornozeleira eletrônica e está proibido de deixar o país e manter contato com outros investigados, além de não poder acessar nenhuma dependência da Previdência Social. Na decisão, Mendonça entendeu que não há mais motivos para a prisão preventiva, que foi decretada com o objetivo de que Portal não utilizasse sua posição no alto escalão do governo, bem como sua rede de contatos, para tentar atrapalhar as investigações. Após a prisão, o ex-secretário executivo foi exonerado. "A fonte específica de poder institucional que serviu de fundamento à cautela foi, portanto, substancialmente neutralizada", escreveu o ministro. Mendonça também mandou soltar mais três investigados: Rubens Oliveira Costa, Milton Salvador de Almeida Junior e Adelino Rodrigues Junior. Eles também tiveram a prisão preventiva substituída pelo uso de tornozeleira eletrônica, além de outras medidas cautelares. Todos os quatro liberados são investigados pela Polícia Federal (PF) por ligações com Carlos Camilo Antunes, conhecido como "Careca do INSS", apontado como um dos principais operadores do esquema de fraudes em aposentadorias.

PERSONA NON GRATA

Lula desconvida Milei para posse, diz jornal argentino

ADRIANA VICTORINO/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva desconvidou seu homólogo argentino Javier Milei para a cerimônia de posse do seu 4º mandato presidencial. A informação foi divulgada pelo jornal argentino Clarín nesta terça-feira.

Ainda segundo o jornal argentino, a gestão do petista decidiu que o embaixador do Brasil na Argentina, Julio Bitelli, não retornará às funções no país vizinho. Bitelli está fora da Argentina desde julho.

A decisão ocorre após o ministro das Relações Exteriores da Argentina, Pablo Quirno, questionar o resultado da eleição presidencial brasileira que culminou na derrota de Flávio Bolsonaro (PL), aliado de Milei.

O argentino foi o único líder sul-americano a não parabenizar Lula pela reeleição. Outros líderes de direita, como José Antonio Kast do Chile, Rodrigo Paz da Bolívia e Santiago Peña do Paraguai foram os primeiros a felicitar o brasileiro.

EMBAIXADORES

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse que a "inação das grandes potências tem sido fator de instabilidade no mundo" e que "o mundo é maior que os três", referindo-se às maiores potências do mundo. A fala foi em cerimônia de entrega de cartas credenciais de embaixadores de vários países.

"A ação e a inação das grandes potências tem sido fator de instabilidade, mas não se deve esquecer que o mundo é maior que os três. Só na ONU somos 193 países com igual direito a soberania e desenvolvimento", afirmou.

Lula não disse explicitamente o nome de Estados Unidos, Rússia e China em sua fala. Os líderes dos três países, que representam três das maiores potências atualmente, estiveram reunidos recentemente na China, em um encontro histórico

Na cerimônia desta terça-feira, foram recebidas as cartas dos embaixadores do Chile, Espanha, Canadá, França, União Europeia, Gabão, Malawi, Jordânia, Singapura, Honduras, Nova Zelândia, Estônia, Luxemburgo e Malta.

Lula afirmou a esses novos embaixadores que eles "serão nossos parceiros no projeto de um país soberano, justo e sustentável". O presidente brasileiro afirmou que "estamos construindo um Brasil de mais oportunidades a todos, em que proteger os povos indígenas e as comunidade quilombolas não é olhar para o passado".

COP31

Lula lamenta falta de acordo e pede união pelo meio ambiente

MARCELO BRANDÃO/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez um novo apelo pela atenção do mundo às questões climáticas. Em discurso na manhã de ontem, no Palácio do Planalto, Lula lamentou a falta de consenso no final da 31ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP31).

"O multilateralismo não sofre apenas quando as regras de convivência entre as nações são rompidas. Ele sai enfraquecido toda vez que os países se recusam a trabalhar juntos pelo bem da humanidade", disse.

O presidente lembrou a tempestade registrada recentemente na cidade gaúcha de Tupanciretã, que resultou em cinco pessoas mortas e quase todas as casas do município destelhadas. "Todo o planeta será afetado pela mudança do clima", alertou.

Ele também criticou, mais uma vez, a incapacidade do Conselho de Segurança das Nações Unidas para aprovar resoluções contra conflitos ao redor do globo e afirmou que "um mundo dividido não nos convém".

"Todo o mundo padece as consequências de guerras que elevam os preços de combustíveis e fertilizantes. É positivo que membros permanentes do Conselho de Segurança se reúnam e assumam suas responsabilidades".

Lula atribuiu a três dos cinco países com poder de veto no colegiado a responsabilidade pela instabilidade no planeta gerada pelos conflitos, devido à falta de ação no conselho.

"Mas não se deve esquecer que o mundo é maior do que os três. Só na ONU, somos 193 países com igual direito à soberania e ao desenvolvimento", frisou.

Lula é defensor de uma reforma no Conselho de Segurança, com a atualização da composição e do funcionamento do órgão. Atualmente, Estados Unidos, China, Rússia, França e Reino Unido têm poder de veto sobre qualquer resolução do conselho.

Como, geralmente, EUA, Rússia e China, não estão juntos no mesmo lado de um conflito, o colegiado fica engessado e não se posiciona diante das guerras que ocorrem na Europa e Oriente Médio.

O presidente voltou a defender a escolha de uma mulher latino-americana para a sucessão na Secretaria-Geral da ONU. O mandato do português António Guterres se encerra em 1º de janeiro de 2027.

CREDENCIAIS

O discurso do presidente ocorreu durante cerimônia de entrega das cartas credenciais de embaixadores de 14 países. A entrega do documento ao presidente da República é uma formalidade que autoriza oficialmente a atuação de um embaixador no Brasil

CRIME AMBIENTAL

Mineradora é multada em R$ 16,9 milhões no PA por poluição de rio

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

Após denúncias de moradores dos municípios de Tucumã e São Félix do Xingu, no sudeste do Pará, a empresa Mineração Caraíba S.A., conhecida como Ero Brasil, recebeu duas multas do governo estadual em razão da poluição de rios da região. As multas somam R$ 16, 9 milhões. A Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Clima e Sustentabilidade (Semas) do Pará informou ontem que também interditou a extração e o beneficiamento de minério de cobre em Tucumã.

Seguindo a Semas, as equipes de fiscalização receberam materiais de moradores, com vídeos sobre a situação dos rios da região que mostravam mortandade de peixes e animais, além de mudança na turbidez da água. As equipes da Gerência de Fiscalização de Atividades Poluidoras e Degradadoras (Gerad) visitaram a comunidade P7 e pontos de monitoramento perto da mineradora.

"Com a ajuda de moradores, chegaram ao local mostrado em um vídeo que circulava nas redes sociais, com água de cor azulada escorrendo. Ali, os fiscais encontraram água esverdeada saindo da área da mineradora e chegando a um afluente do rio Jatobá, que passa por áreas de pasto e açaizal de uma propriedade rural", disse a secretaria.

MULTAS

A maior multa, de R$ 16,8 milhões foi aplicada porque a empresa lançou efluente industrial de concentração extremamente ácida nos rios da região.

"O material saiu da área da mina e da pilha de material com potencial de gerar acidez. O lançamento aconteceu porque transbordou uma estrutura de contenção", disse a Semas.

A secretaria informou que o valor foi agravado devido ao fato de a empresa não ter avisado o órgão ambiental nem a Defesa Civil em até 48 horas após o acidente, como exige a legislação estadual.

A segunda multa, de R$ 50 mil, foi aplicada porque a mineradora instalou estruturas para armazenar, conter e manejar efluentes industriais do beneficiamento do cobre sem autorização prévia do órgão ambiental.

No que diz respeito à interdição, que atingiu o projeto Boa Esperança, a secretaria destacou que continuam permitidas apenas as ações de emergência para conter o vazamento. Entre as medidas estão a manutenção do funcionamento dos sistemas de recirculação, drenagem e tratamento; a redução de forma controlada do nível da estrutura de contenção; o reforço da drenagem da água da chuva e recuperação do curso d'água atingido.

A Ero Brasil tem prazo de 15 dias para entregar ao órgão um relatório das medidas de emergência adotadas e planos de ação com cronograma. Além disso, a empresa tem 20 dias úteis para apresentar defesa, pedir conciliação ambiental ou pagar as multas.

OUTRO LADO

Em nota, a Ero Brasil disse que cumpre integralmente a determinação e trabalha para atender a todas as exigências dentro do prazo estabelecido pela Semas.

Segundo a empresa, em duas ocasiões, chuvas torrenciais superaram a capacidade de bombeamento de um dos pontos de coleta da unidade. Parte da água extravasou para fora da área operacional e, segundo a Eros, a empresa comunicou o ocorrido à Semas.

"A empresa recebeu auto de infração relacionado aos extravasamentos e já iniciou a recuperação da área impactada. Para evitar novas ocorrências, ampliou a capacidade de bombeamento e está realocando a pilha mais próxima do ponto de extravasamento", diz a nota.

A empresa também argumentou que a mortandade de peixes começou a ser registrada cerca de três semanas antes dos extravasamentos e em área distante da unidade (aproximadamente 51km). De acordo com a empresa, os dados disponíveis até agora não indicam qualquer relação entre os dois episódios.

"A Ero lamenta os transtornos causados pelos extravasamentos pontuais, já está trabalhando no plano de remediação de seus impactos conforme apontado pela Semas no auto de infração. Mais importante do que retomar as atividades na mina é garantir a segurança e a tranquilidade das comunidades do entorno e a recuperação das áreas afetadas", finaliza a empresa.

HOTEL URBANO

Ex-CEO da Hurb é preso no Rio após quase um ano foragido

ADRIANA VICTORINO/AE

A Polícia Civil do Rio de Janeiro prendeu ontem, o ex-CEO da agência de viagens Hurb (antigo Hotel Urbano), João Ricardo Rangel Mendes, na Barra da Tijuca, na zona oeste da capital fluminense. O empresário estava foragido há dez meses.

Em janeiro, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ), determinou a prisão preventiva de Mendes após ele ser detido no aeroporto de Jericoacoara com documento de identidade falso e a tornozeleira eletrônica desligada. O ex-CEO da Hurb responde a um processo por furto de obras de arte.

Segundo a Polícia Civil, Mendes colaborou durante o início da abordagem, mas tentou fugir no momento em que seria colocado na viatura. O empresário saiu correndo, mas tropeçou e caiu na Avenida Dulcídio Cardoso. Ele foi levado ao hospital em decorrência de ferimentos sofridos durante a queda e, após a alta, foi conduzido à delegacia.

Mendes já havia sido alvo de prisão preventiva por causa do furto anteriormente, mas foi libertado com medidas cautelares a cumprir. O empresário devia utilizar tornozeleira eletrônica, pedir autorização da Justiça para viajar para fora do Rio de Janeiro por mais de 30 dias, comparecer mensalmente em juízo e apresentar relatórios médicos mensais no processo.

Em abril de 2025, o empresário foi preso em flagrante por furtar obras de arte de um hotel de luxo e de um shopping na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro. O MP o denunciou pelos crimes de furto qualificado e adulteração de identificação de veículo na ocasião.

No início deste ano, Mendes tentou embarcar de Jericoacoara para o aeroporto de Guarulhos, em São Paulo, com um documento de identidade falso. Funcionários do aeroporto cearense duvidaram do documento e chamaram a Polícia Militar. Os policiais constataram a adulteração e levaram o ex-CEO para ser detido. Segundo a PM cearense, ele estava com a tornozeleira eletrônica descarregada.

O ex-CEO foi liberado posteriormente, mas o Ministério Público do Rio de Janeiro (MP-RJ) pediu a prisão preventiva com base no episódio.

O MP-RJ argumentou que o uso de documento falso, a ausência de juntada de relatório médico desde setembro de 2025 e a reincidência em deixar a tornozeleira descarregar demonstram descumprimento reiterado das medidas cautelares e evidente desrespeito às determinações judiciais. O juiz do TJ-RJ acolheu os argumentos do MP e determinou a volta de Mendes à prisão.

EMPRESA

Mendes e o irmão, João Eduardo Mendes, fundaram a Hurb em 2011, época em que os sites de compras coletivas explodiram no Brasil. A empresa apostou na venda de pacotes de viagens, passagens e hospedagem para ganhar espaço no mercado brasileiro.

Em 2023, a Hurb anunciou nas suas redes sociais que chegou a emitir viagens para mais de 400 mil pessoas em um ano e disse que vendia uma diária de hotel a cada 5 segundos.

A plataforma trabalhava com um sistema de datas flexíveis e oferecia pacotes abaixo do preço de mercado: os clientes compravam as viagens, escolhiam três opções de data e, até 30 dias antes do embarque, a Hurb entrava em contato para confirmar a data e passar informações sobre passagens e hospedagem.

INICIATIVA

ONU aprova proposta do Brasil de turismo amigável para muçulmanos

A ONU Turismo aprovou a proposta brasileira que prevê serviços turísticos que acolham as necessidades culturais e religiosas dos viajantes muçulmanos.

A iniciativa foi aprovada por aclamação durante sessão ontem da ONU Turismo, em Abu Dhabi, e teve o endosso de Indonésia, Irã e Nigéria, além de marcar o fim da presidência do Brasil no Conselho Executivo da organização entre 2025 e 2026.

A proposta surgiu a partir de experiências em São Paulo e Foz do Iguaçu (PR), traz parâmetros para a promoção do turismo Muslim Friendly e tem como base o Guia Nacional de Turismo Amigável aos Muçulmanos. Com a aprovação pela organização internacional, torna-se referência global.

A proposta prevê a criação de um termo comum para diferenciar a hospitalidade acolhedora (Muslim Friendly) da certificação halal formal (que atesta que um produto foi feito seguindo a Lei Islâmica), criação de critérios para acolhimento e alimentação, estabelecimento de locais de oração, privacidade nas acomodações e serviços específicos durante o Ramadã (período sagrado para os muçulmanos, marcado pelo jejum durante o dia e renovação espiritual).

Ainda está previsto padronizar infraestrutura religiosa e cultural, implantar plataformas digitais multilíngues e capacitar profissionais do setor de turismo.

A adesão dos países às orientações é voluntária. Cada um poderá fazer as adaptações para as demandas locais.

O Guia Nacional de Turismo Amigável aos Muçulmanos foi elaborado pelo Ministério do Turismo em parceria com a Federação das Associações Muçulmanas do Brasil (FAMBRAS), a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, a Embratur e a International Halal Academy.

Nota

BOLSONARISTAS RECORREM A MOTTA E ALCOLUMBRE PARA AJUDAR VAN HATTEM EM AÇÃO

A oposição bolsonarista quer que a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, os partidos representados e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Congresso se manifestem no inquérito que pode tornar réu o deputado federal Marcel Van Hattem (Novo-RS) no Supremo Tribunal Federal (STF). Lideranças do Partido Liberal (PL) oficiaram ontem, os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), para ingressem como amicus curiae no processo. Trata-se de um termo em latim para designar uma pessoa ou organização que ingressa no processo com a função de fornecer subsídios ao tribunal. Van Hattem está sendo julgado pela Primeira Turma do STF, denunciado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) por calúnia e injúria contra o delegado de Polícia Federal Fábio Shor. Os ministros Flávio Dino e Alexandre de Moraes votaram pela aceitação da denúncia, e Cristiano Zanin pediu destaque e levou a votação para o plenário presencial da Corte, sem data para ser feita. Em discursos no plenário da Câmara, o parlamentar proferiu ofensas contra Shor, que conduziu investigações contra o ex-presidente Jair Bolsonaro, exibiu sua fotografia enquanto afirmava que ele produzia "relatórios absolutamente fraudulentos contra pessoas inocentes, inclusive contra Filipe Martins", e chamou o desafeto de "bandido". A ideia dos bolsonaristas é pressionar a cúpula do Congresso a se posicionar numa ação que pode levar à condenação de um deputado, eleito senador pelo Rio Grande do Sul em outubro, aumentando o peso da decisão. Também levaria constrangimento Motta e Alcolumbre em caso de omissão. "Embora a controvérsia tenha origem em uma imputação penal individual, a questão constitucional transcende os interesses do investigado, pois envolve uma prerrogativa institucional de todos os integrantes do Congresso Nacional.

Mundo

SEGREDOS DE ESTADO

China condena funcionário público à morte por espionagem

Um tribunal chinês condenou à morte um funcionário público acusado de espionagem em favor de outro país e de vazamento de informações sigilosas em troca de dinheiro, informou a imprensa estatal chinesa na segunda-feira.

A editora Gold Wall Press, vinculada à Administração Nacional de Proteção de Segredos de Estado da China, afirmou em um relatório que o homem, identificado pelo sobrenome Ma, foi recrutado por um serviço de inteligência estrangeiro quando trabalhava no exterior.

O recrutador, identificado apenas como Kailin, encontrava-se frequentemente com Ma, inicialmente sob o pretexto de aprender chinês.

"Kailin foi desviando gradualmente a abordagem de suas conversas para temas politicamente delicados", investigando detalhes operacionais e informações sobre funcionários chineses em outro país, afirmou o relatório, sem especificar a nação. O documento acrescentou que "Ma revelou uma grande quantidade de informações sensíveis relacionadas às instituições da China" nesse país.

Depois, Kailin apresentou Ma a um colega, que ameaçou denunciá-lo às autoridades chinesas por ter vazado informações caso ele se recusasse a cooperar. Ma aceitou trabalhar para a rede de inteligência estrangeira e assinou um acordo de cooperação que incluía cláusulas de "confidencialidade" e "lealdade".

Em troca, recebeu pagamentos mensais e "um computador portátil para enviar e receber informações de inteligência", segundo o relatório. Ma retornou à China após concluir a missão no exterior e "embarcou em uma carreira de espionagem de longo prazo".

De acordo com o relatório, Ma foi detido e um tribunal determinou que ele havia recebido mais de 1 milhão de yuans (cerca de R$ 889 mil na cotação atual) em troca de 35 itens de informação, alguns deles considerados "ultrassecretos".

O documento não especifica quando nem onde Ma foi condenado, nem se ele já foi executado.

Os tribunais chineses normalmente não divulgam informações sobre casos de segurança do Estado, mas, nos últimos anos, o Ministério da Segurança do Estado e a Gold Wall Press têm divulgado cada vez mais prisões. As instituições também usam redes sociais, filmes e histórias em quadrinhos para promover alertas sobre espionagem.

O caso ocorre em um momento em que a inteligência dos Estados Unidos tem divulgado seus próprios esforços para recrutar fontes na China. Os cinco vídeos mais vistos no canal da Agência Central de Inteligência (CIA, na sigla em inglês) no YouTube são anúncios de recrutamento em mandarim.

"Este caso chocante serve como mais um alerta", afirmou a Gold Wall Press, advertindo que os serviços de inteligência estrangeiros são "astutos" e usam vínculos emocionais, interesses financeiros e ameaças para recrutar pessoas em cargos estratégicos.

O relatório também pediu que os funcionários permaneçam vigilantes, reforcem sua lealdade ao Partido Comunista da China, protejam os segredos de Estado e se mantenham atentos a tentativas de recrutamento por agentes estrangeiros.

SABOTAGEM

Reino Unido alerta empresas que fornecem apoio à Ucrânia

Autoridades de segurança britânicas alertaram ontem empresas do Reino Unido que apoiam militarmente a Ucrânia para que se preparem para possíveis tentativas de sabotagem por parte da Rússia. O raro alerta público ocorre após uma série de ataques e tentativas de ataques na Europa, em meio a advertências de autoridades europeias sobre ações de guerra híbrida de Moscou contra infraestruturas físicas e digitais.

Autoridades da Estônia afirmaram que os serviços de segurança russos estavam por trás de um ataque incendiário em agosto contra uma empresa de defesa que fornece veículos militares à Ucrânia.

A Estônia fechará todas as passagens de fronteira com a Rússia a partir de 1º de dezembro, após as autoridades frustrarem outro ataque contra uma empresa de defesa. Oito cidadãos letões foram detidos sob suspeita de envolvimento em um ataque incendiário ordenado pela inteligência militar russa, segundo os serviços de segurança da Estônia e da Letônia.

No Reino Unido, um tribunal também condenou vários homens por uma conspiração em 2024 para incendiar um armazém em Londres que continha suprimentos destinados a Kiev. Autoridades da Polônia, da Romênia e de outros países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) também afirmam ter frustrado diversos planos de sabotagem apoiados por Moscou.

A Autoridade Nacional de Segurança Protetiva, vinculada ao serviço de inteligência doméstica britânico (MI5), e o Ministério da Defesa alertaram que empresas que fornecem "apoio material" às Forças Armadas ucranianas podem ser alvo de Moscou. Executivos de companhias dos setores de defesa e infraestrutura crítica estavam sendo orientados reservadamente por ministros do governo.

Segundo o alerta, a Rússia intensificou as tentativas de sabotagem contra instalações europeias de defesa nos últimos meses, geralmente por meio de intermediários que empregam métodos pouco sofisticados, como incêndios criminosos. O documento também adverte sobre atividades hostis, incluindo "intimidação de indivíduos, espionagem e operações de informação", destinadas a enfraquecer o apoio à Ucrânia.

As autoridades recomendaram que as empresas reduzam sua presença online, reforcem a segurança de suas instalações e orientem funcionários a identificar atividades suspeitas.

A *Associated Press* identificou mais de 210 incidentes na Europa que autoridades ocidentais consideram atos de sabotagem ou atividades hostis vinculadas à Rússia desde o início da invasão em larga escala da Ucrânia, em fevereiro de 2022.

O diretor-geral do MI5, Ken McCallum, alertou no mês passado sobre a crescente ameaça de Estados hostis, principalmente Irã e Rússia.

OMS

Expectativa de vida em Cuba cai pela 1ª vez em quase 80 anos

A expectativa de vida em Cuba diminuiu pela primeira vez em quase 80 anos, com uma queda que supera os quatro anos entre 2020 e 2025, informou ontem, em Havana, o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS).

A ilha de quase 9,5 milhões de habitantes enfrenta há algum tempo uma grave crise econômica, que se aprofundou com o bloqueio energético imposto pelos Estados Unidos no início deste ano.

"A mortalidade aumentou e a expectativa de vida em Cuba diminuiu pela primeira vez desde o início dos registros, em 1950, passando de 78,8 anos em 2020 para 74,4 anos em 2025", afirmou o chefe da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, em uma coletiva de imprensa.

O sistema de saúde de Cuba, reconhecido internacionalmente, foi durante décadas uma das principais conquistas do governo comunista, mas agora "está passando por uma situação difícil e crítica", acrescentou Ghebreyesus, ao fim de uma visita de três dias à ilha.

Segundo o diretor-geral da OMS, a taxa de mortalidade infantil "mais que dobrou", passando de 4 mortes por 1.000 nascidos vivos em 2020 para 9,9 em 2025.

Da mesma forma, a mortalidade materna passou de 37,4 por 100.000 nascidos em 2019 para 44,1 em 2025.

"A taxa de sobrevivência do câncer pediátrico caiu de 85% para 65% em decorrência do início do bloqueio energético americano", acrescentou.

Nesse contexto, o chefe da agência de saúde da ONU anunciou uma ajuda de 2 milhões de dólares (cerca de R$ 11,7 milhões) para apoiar campanhas de vacinação infantil e a compra de materiais médicos essenciais.

Também destacou que as Nações Unidas prestarão "ajuda" ao programa de reformas lançado pelo governo para abrir a economia ao mercado, após décadas de modelo estatista.

"O governo identifica as áreas prioritárias que precisam do nosso apoio", disse Ghebreyesus.

Ele ressaltou que "há problemas no setor de saúde ou em outros setores devido às sanções, que todos conhecem, mas, ao mesmo tempo, é bom que o governo reconheça que também há problemas internos".

"Acho que abordar as questões externas e internas é muito importante para avançar", acrescentou.

O governo Trump aumentou consideravelmente a pressão sobre Cuba, sob embargo americano desde 1962, com seu bloqueio petrolífero e sucessivas ondas de sanções contra toda a cúpula dirigente do país, assim como contra praticamente todos os seus setores econômicos.

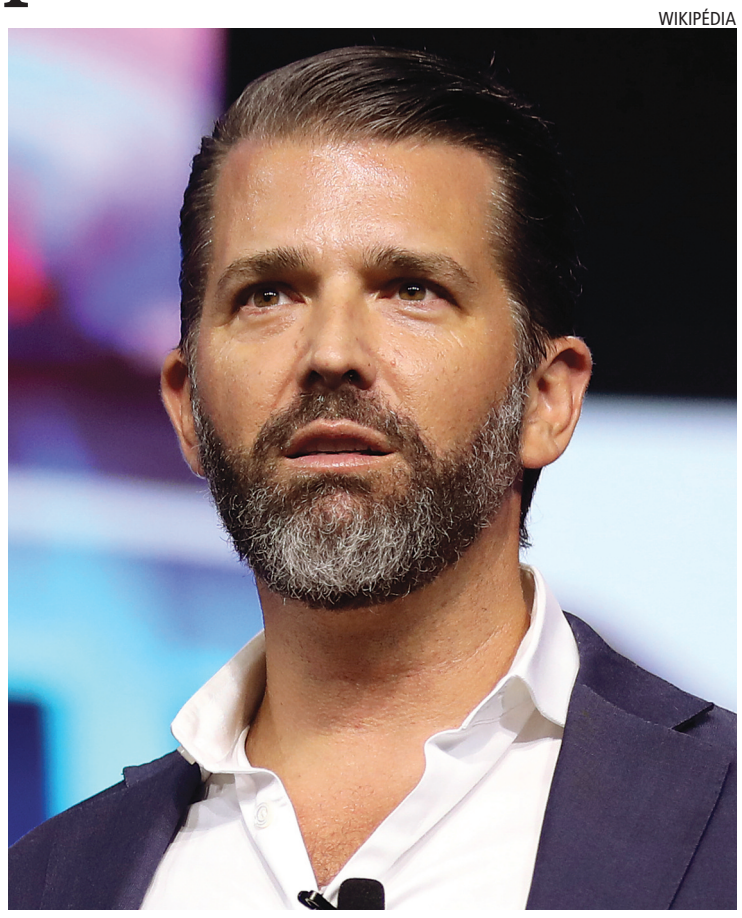
Essas sanções agravaram a crise em setores como a produção de energia, a mineração e o turismo, com a consequente queda das receitas em moeda estrangeira e um enfraquecimento sem precedentes das finanças do Estado.

EUA

Democrata amplia investigação sobre empresa de Donald Trump Jr.

Um dos principais deputados democratas dos Estados Unidos, Jamie Raskin, ampliou a investigação sobre a 1789 Capital, fundo de capital de risco de Donald Trump Jr. (**foto**), ao solicitar documentos de quatro empresas que receberam investimentos antes de serem beneficiadas por contratos lucrativos ou políticas do governo federal.

WIKIPÉDIA



Raskin, líder democrata no Comitê Judiciário da Câmara dos Representantes e futuro presidente do colegiado, enviou cartas na noite de segunda-feira à empresa de defesa Hadrian Automation, à fabricante de cigarros eletrônicos Juul Labs, à plataforma de mercados de previsão Polymarket e à varejista online de armas GrabAGun.

O parlamentar de Maryland solicitou registros de dois anos de comunicações das empresas com a 1789 Capital, além de outros documentos, para investigar se o filho mais velho do presidente americano, Donald Trump, utilizou informações privilegiadas para articular ou antecipar medidas governamentais que beneficiaram as companhias e suas próprias finanças.

Tanto Trump Jr. quanto a 1789 Capital, sediada em Palm Beach, na Flórida, negam irregularidades.

As cartas intensificam uma investigação aberta por Raskin em agosto sobre a gestora, que, segundo ele, "subitamente encontrou uma mina de ouro em investimentos" após anunciar o filho do presidente como sócio em 2024. Um dos parlamentares que liderarão a fiscalização democrata sobre o governo Trump quando o partido assumir o controle do Congresso, em janeiro, Raskin afirmou que investigar casos de suborno e corrupção financeira estará entre suas prioridades.

Em evento do Axios na semana passada, Trump Jr. disse compreender as preocupações sobre corrupção, mas rejeitou as acusações, ressaltando que atua como investidor há décadas. "Consigo entender o que estão dizendo. Isso não significa que seja verdade", afirmou.

Os advogados da 1789 Capital defenderam, em setembro, que a tese de investimentos da empresa antecede o governo Trump. Na segunda-feira, o advogado da companhia, Bill Burck, acusou Raskin de promover "ataques pessoais desvinculados de evidências concretas".

Nas cartas obtidas pela *Associated Press*, Raskin detalhou como políticas e contratos federais beneficiaram as empresas e questionou a coincidência temporal dos investimentos da gestora, fundada em 2022.

Segundo o deputado, a Hadrian Automation recebeu quase US$ 1 bilhão em contratos da Marinha e do Exército americanos em março deste ano, seus primeiros contratos federais, após incorporar a 1789 Capital como investidora em 2025.

A Juul, por sua vez, recebeu autorização da agência reguladora de alimentos e medicamentos dos EUA (FDA, na sigla em inglês) para manter seus cigarros eletrônicos no mercado em julho de 2025, quatro meses depois de a gestora adquirir participação na companhia.

Já a GrabAGun recebeu apoio da 1789 Capital para abrir capital e incluiu Trump Jr. em seu conselho de administração antes de uma agência federal propor mudanças regulatórias para facilitar a entrega de armas de fogo em residências.

Raskin também questionou o encerramento de investigações do Departamento de Justiça e da Comissão de Negociação de Futuros de Commodities (CFTC, na sigla em inglês) sobre a Polymarket, em julho de 2025, após a gestora investir na plataforma.

A GrabAGun classificou as acusações como "infundadas", enquanto a Juul afirmou que analisa a carta e pretende cooperar com o Congresso. As demais empresas não responderam imediatamente aos pedidos de comentários.

O governo Trump tem adotado medidas para conter os esforços de fiscalização dos democratas, incluindo uma ordem executiva assinada na sexta-feira que determina que fornecedores federais consultem o governo sobre solicitações do Congresso e retenham comunicações consideradas protegidas pela Casa Branca.

A medida pode dificultar a colaboração da Hadrian Automation com a investigação. Raskin classificou a ordem como "flagrantemente ilegal" e afirmou que fornecedores do governo têm o "dever e o direito de dizer a verdade quando convocados pelo Congresso".

GUERRA

Irã reitera ameaças de alastrar batalha para fora do escopo regional

PATRICIA LARA/AE

Representantes do Irã mantiveram ameaças de ampliação do conflito para fora das fronteiras do Oriente Médio ontem, evidenciando que as tensões prosseguem e perduram as divergências para se chegar a um acordo para encerrar o conflito dos Estados Unidos e Israel contra o Irã.

O comandante chefe do Corpo de Guardiões da Revolução Islâmica (IRGC) do Irã, Ahmad Vahidi, disse que "o inimigo precisa saber que a próxima batalha não será mais regional".

"Como disse o Líder da Revolução, hoje a guerra não será mais puramente regional, e poderemos testemunhar o desenvolvimento da batalha onde quer que seja necessário", disse Vahidi, reiterando que as forças iranianas permanecem firmes em suas posições e mais fortes do que nunca no campo de batalha.

"Os planos de Trump e de sua equipe derrotada para bloquear o Irã são tão delirantes e fúteis quanto sua estratégia de guerra fracassada", disse o secretário do Conselho Supremo de Segurança Nacional do Irã, o general Mohsen Rezaei, no X.

Segundo Rezaei, a nação iraniana, as forças armadas e todo o aparato estatal permanecem firmemente determinados a romper o bloqueio e responder com toda a força a qualquer nova agressão.

Em meio aos discursos duros de representantes de Teerã, um projétil lançado pelos rebeldes houthis do Iêmen - grupo apoiado pelo Irã - atingiu, na terça-feira, a torre mais alta da capital da Arábia Saudita pela segunda vez em menos de uma semana, causando novos danos ao edifício que abriga o fundo soberano do reino.

Segundo o *Financial Times*, onze pessoas ficaram feridas no ataque à torre que abriga Fundo de Investimento Público (PIF), que tem US$ 900 bilhões de ativos sob gestão.